



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 000905/01	DATA: 12/09/01
INÍCIO: 15:03	TÉRMINO: 19:14	DURAÇÃO: 4:11:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4:25:00	PÁGINAS: 134	QUARTOS: 26
REVISÃO: ESTELA, GILZA, LETÍCIA, LÍVIA COSTA, MARIA LUÍZA		
CONCATENAÇÃO: AMANDA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA - Secretário de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina. PAULO NEY ALMEIDA - Diretor-Presidente da Construtora Espaço Aberto Ltda. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há expressões ininteligíveis. O Sr. Rafael Iatauro pronunciou-se não é depoente. Não foi possível conferir a grafia das seguintes palavras: Reinoldo Lusler Flanarim



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Tendo em vista a distribuição antecipada da cópia da ata da 15ª reunião, consulto o plenário sobre a necessidade da leitura da mesma.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – De minha parte, Sr. Presidente, eu dispenso a leitura.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ JANENE** - Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovada. Ordem do Dia. Esta reunião foi convocada para ouvir o depoimento dos seguintes convocados: Paulo César Ramos de Oliveira, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania no Estado de Santa Catarina; Paulo Ney Almeida, Diretor-Presidente da Construtora Espaço Aberto Ltda.; Ângelo Roncalli de Ramos Barros, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; e Ednilso Rossi Arnaldi, Representante Legal da Construtora Sial Construções Civis Ltda. Esclareço que esta é uma reunião também para deliberações. Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone, para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início às interpelações. Os Srs. Deputados que quiserem interpelar o convidado, deverão inscrever-se junto à Secretaria. Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Paulo César Ramos de Oliveira, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania no Estado de Santa Catarina.



**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu, Paulo César Ramos de Oliveira, faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado, na forma do art. 213 do Código de Processo Penal Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Neste momento, vamos passar a palavra para o Dr. Paulo César Ramos de Oliveira. V.Sa. tem dez minutos para as exposições iniciais.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais convidados, fui intimado, segundo consta, é a CPI das Obras Inacabadas. Então, eu posso fazer um pequeno histórico. Pelo que me consta, da minha pasta, na pasta que eu dirijo não existe nenhuma obra inacabada. Supõe-se que seja a construção do complexo prisional da Grande Florianópolis, situado no Município São Pedro de Alcântara. Uma obra que teve alguns problemas de natureza ambiental, que causaram atraso na obra. Depois, em função de uma recomposição em decorrência até desse período parado por discussão de aspectos ambientais, houve uma recomposição econômico-financeira, que não foi acatada pelo Tribunal de Contas da União. E aí houve uma paralisação administrativo-financeira, situação que foi superada, e a obra se encontra em pronto andamento. Portanto, eu até imagino que possa ter havido algum equívoco, na medida em que a obra se encontra em pleno andamento. Portanto, eu só vou me colocar à disposição. Tenho aqui as datas em que aconteceram esses obstáculos de natureza ambiental. A obra sofreu um embargo... A obra foi licitada em 94 e em 95 o contrato foi assinado. Em 97, em maio de 97, houve o embargo pelo IBAMA. Esse embargo, depois de uma série de demandas judiciais envolvendo a questão ambiental, ele acabou sendo superado em 98, e em 99 houve uma decisão do Tribunal de Contas da União suspendendo o repasse de verbas, questionando justamente essa



recomposição econômico-financeira, que, depois, quando assumimos a Secretaria, em 1999... Ou seja, são todos fatos anteriores à minha gestão, portanto, como testemunha, fico até um pouco prejudicado no sentido de prestar maiores esclarecimentos, porque foram fatos acontecidos e acompanhados pelo Governo que antecedeu o atual Governo do Estado. Aliás, talvez maiores subsídios pudessem ser trazidos pelo Deputado João Matos, que era Secretário de Educação à época, fazia parte do colegiado do Governo anterior, e talvez deva ter acompanhado nas reuniões do colegiado essas questões todas, porque eram de grande interesse para o Estado, na medida em que o Estado passa por um grave problema de superlotação carcerária. Portanto, de minha parte, eu me coloco à disposição para as perguntas, na medida em que o próprio Tribunal, tenho um documento do próprio Tribunal de Contas da União, foram sanadas todas as irregularidades e a obra se encontra em pleno andamento, devendo ser inaugurada entre dezembro e fevereiro deste ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Somente para esclarecer ao nobre secretário que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não objetiva as obras paralisadas, ou seja, é motivo e objeto desta CPI as obras que, mesmo que estejam em andamento, têm um problema em relação a problemas de legalidade, mesmo no momento licitatório, de moralidade administrativa e também até da questão da economicidade. Então, toda obra que tiver recursos federais e que estiver em andamento e a CPI quiser tomar conhecimento em alguns desses itens, então, ela recai sobre o assunto da CPI, porque, de repente, como o título dela é CPI das Obras Inacabadas, dá impressão de que seriam obras paralisadas.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Mas me permite, Presidente, mais uma vez retorno à questão. O Tribunal de Contas da União, segundo consta,



de forma até constitucional, é quem tem a missão de acompanhar a questão da legalidade dos investimentos que a União Federal faz nos Estados. Se existe um documento do Tribunal de Contas da União dizendo que eventuais irregularidades ou ilegalidades foram sanadas e que o contrato se encontra em ordem e a obra também, em termos de construção civil, se encontra em ordem, eu, mais uma vez, volto à minha indagação inicial de não entender o porquê até da minha convocação. No momento em que houve as questões críticas que resultaram na paralisação da obra, eu não me encontrava no cargo de Secretário da Justiça. São fatos que envolveram o Governo anterior. Como eu dizia, de 97 até 1998.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas é isso que a CPI quer saber. Se no fim do interrogatório do nobre secretário e dos outros que estão envolvidos na obra não der nenhum problema, então, a CPI vai se dar por satisfeita. Bom, diante das palavras iniciais, quero consultar o Plenário se quer usar da palavra para fazer perguntas ao nobre secretário, aproveitando a lista de inscrição.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sr. Presidente, sou o primeiro inscrito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Passo a palavra ao Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – ...para inquirir o nobre Secretário de Justiça do Estado de Santa Catarina. Primeiro, quero lembrar ao secretário que eu não poderia, em hipótese nenhuma, estar sendo neste momento inquirido, uma vez que fui Secretário de Educação do meu Estado, nada a ver com as obras da pasta que hoje V.Exa. dirige em Santa Catarina. Então, não teria como estar sentado para responder perguntas, mesmo que tivesse ouvido alguns encaminhamentos no colegiado do Governo anterior, ao qual pertenci na condição de Secretário de Educação e Desporto. Mas me estranha, Sr. Presidente, nobre Sr. Deputado Sérgio



Reis e Deputados que nos acompanharam a Santa Catarina, quando da presença da CPI lá em Santa Catarina. O que estranho, secretário, é que, realmente, quem fez com que V.Exa. e demais pessoas, como o sócio proprietário, o gerente da empresa construtora fossem convocados a esta CPI foi a declaração do seu Governador, do nosso Governador de Santa Catarina, do Governador Esperidião Amin. Quero lembrar o que disse o Governador lá, quando estávamos no seu gabinete. Disse, dirigindo-se aos membros da CPI que lá estavam — entre os quais o Presidente, este Deputado João Matos, Deputado Sérgio Reis, Deputado Norberto, além de outros —, dizia o Governador Esperidião Amin que se a CPI de obras inacabadas quisesse encontrar alguma irregularidade, buscasse no complexo penitenciário de Santa Catarina, insinuando que a assinatura de um termo aditivo do Governo anterior havia sido irregular, e que ele, com a sua alta capacidade, evidentemente, de convencer, convencera a empresa a tocar a obra por aquele mesmo valor do contrato ou da licitação de 1994, sem que ela pudesse usufruir do valor correspondente ao termo aditivo. Qualquer suspeição, qualquer questão vinculada, como a convocação de V.Exa. e demais pessoas vinculadas a essa questão, deve-se a um pedido, inclusive não a um pedido, a uma sugestão de encaminhamento do Governador Esperidião Amin. Eu, inclusive, invoco, Sr. Presidente, a lembrança de V.Exa. e dos demais Deputados que lá estavam. Por isso é que me estranha. O Governador disse que havia indícios de irregularidades da obra e sugeriu à CPI que averiguasse, se quisesse encontrar alguma coisa, averiguasse o complexo penitenciário, fazendo referência a um termo aditivo assinado em 1995, se não me engano; e agora vem o seu secretário dizer que não sabe de alguma coisa relativamente ao pedido anterior, como também a obra, pelo que pudemos perceber lá, Presidente, não está indo a todo vapor, não. Boa parte



daquela obra ficou pronta na gestão anterior. E o que está sendo tocado lá, eu não vi, Deputado Sérgio Reis, alguma coisa que pudesse dar justificativa ou dar acolhida melhor às colocações do secretário, dizendo que ela vai a todo vapor. O que vimos lá é uma obra semiparalisada. Evidentemente, não quero fazer juízo antecipado até que meus esclarecimentos, por um lado, os do secretário, por outro lado, e da empresa, a construtora que está aqui presente, através do seu representante legal. Mas apresento alguns questionamentos ao secretário. Primeiro: mediante a declaração do Governador Esperidião Amin aos membros da Comissão sugerindo que fizessem a averiguação, o que sabe V.Exa. de irregularidades no termo aditivo firmado em 1995, se não me falha a memória, entre a construtora e a Secretaria da Justiça do nosso Estado na gestão anterior? Essa é a primeira questão que formulo a V.Exa. A segunda questão que formulo a V.Exa. diz respeito à continuidade das obras depois de saneado o embargo imposto pelos órgãos de meio ambiente, o IBAMA. Houve, pelo que sabemos, a interferência da Procuradoria da República, através da Procuradora Ana Lúcia Hartzmann, lá em Florianópolis. Enfim, que V.Exa. possa nos dizer quais foram os andamentos, porque, como disse aqui a todos, não vi, quando fui lá no mês passado, qualquer indício de que a obra vá a todo vapor. Ela está caminhando a passos lentos. Queremos saber o porquê dessa lentidão, se é algum problema ainda vinculado com órgãos do meio ambiente, se é falta de recursos ou se é decisão do atual Governo de que ela caminhe em passos lentos. Essas duas questões, me reservando o direito de formular outras, à medida que for ouvindo as respostas de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o nobre Secretário Paulo César.



**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Deputado João, em primeiro lugar, no Governo anterior, não houve qualquer obra de engenharia, a não ser que se considere a terraplanagem. Óbvio que isso é movimentação de terra. Então, foi só o que aconteceu no Governo anterior: movimentação de terra. Foi essa movimentação de terra e o erro na escolha do local, que foi responsabilidade do Governo anterior. Eu acho que um assunto dessa magnitude, quando eu falava que o senhor deve ter tomado conhecimento, é porque, como membro do colegiado, atualmente os assuntos de grande envergadura são comentados no colegiado; e esse é um assunto de grande envergadura, um complexo prisional de 913 vagas. Segundo, em relação a irregularidades não posso fazer minhas as palavras do Governador. Ele prestou um depoimento pessoal, assim como estou prestando o meu depoimento pessoal, ou seja, o Governador não vai se responsabilizar pelo que eu estou dizendo, assim como eu não vou me responsabilizar pelo que ele disse. Eu quero dizer é que, se houvesse alguma irregularidade, o Tribunal de Contas da União não teria autorizado o retorno de repasses de recursos federais à obra. Então, há uma decisão. Retorno a esse tema, acho que ele é fundamental. E nós vamos ficar perdendo tempo aqui discutindo o sexo dos anjos se ficarmos nos perguntado se tem irregularidade ou se não tem irregularidade. Se o Tribunal de Contas da União...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sr. Presidente, parece que o nosso inquirido está extrapolando a sua função aqui. Parece que está querendo haver uma inversão de papéis. Aliás, já começou há pouco quando quis cobrar horário. Achei uma petulância extraordinária, por parte do inquirido, querendo cobrar horário da Comissão, cobrando de V.Exa., uma vez que precisa atingir o **quorum**. E, depois, o Secretário de Santa Catarina foi convocado para estar aqui. E V.Exa., na





convocação, não deu horário para concluir a... Ele veio avisar que ia viajar, que ia embora etc. Porém, agora, quer nos dar lições, dizendo que não adianta discutir o sexo dos anjos. O secretário não foi convocado a esta CPI para colocar...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – O senhor pode quando eu concluir.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Espera um minutinho, espera um minutinho; espera um pouquinho, espera só um pouquinho. Eu queria esclarecer ao secretário que o senhor foi aqui convocado para testemunhar. Os Deputados estão aqui para lhe argüir, e o senhor, para responder às perguntas dos Deputados. Então, eu pediria que o senhor se limitasse à resposta.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Espera só um pouquinho. O senhor é Secretário, e o senhor entende perfeitamente o que quero falar. Então, eu queria que o senhor se limitasse a responder à argüição dos Deputados. Para isso o senhor foi convocado aqui.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - As questões que o senhor queira colocar em relação aos Deputados, essas, não podemos permitir, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito está lhe argüindo e o senhor responde para depois fazermos uma análise do assunto que queremos chegar. Então, gostaria que o senhor se limitasse a responder as perguntas aos Deputados, sem fazer nenhuma argüição — por gentileza.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, estava tentando responder...



**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Eu quero continuar com o meu aparte, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Não estou conseguindo responder a pergunta.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Quero continuar com o meu aparte.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Ele me fez duas perguntas.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas ele tem que usar a palavra até o quanto ele pode e o senhor responde ao que ele perguntar.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Mas ele já perguntou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas ele quer perguntar de novo.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Ele interrompeu a minha resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, ele tem o direito, Sr. Secretário...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Para concluir o aparte, o espaço que solicitei a V.Exa., até para chamar a atenção de que não se inverta aqui os papéis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Claro, claro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Está o Secretário da Justiça de Santa Catarina querendo dar lições aqui para os Deputados que o estão inquirindo. Não vamos inverter os papéis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Peço ao nobre secretário e eu reforço novamente a idéia de que o senhor está sendo argüido como testemunha. E o senhor, como Secretário de Justiça, entende perfeitamente do assunto que está em pauta.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Não só como Secretário, como Promotor de Justiça também. E estava tentando responder à pergunta quando houve a interrupção. Não tinha respondido ainda as duas indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, pode responder.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Então, consulto a Presidência se posso responder às questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Por favor. E restrinja-se exatamente às perguntas do nobre Deputado.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Então, vou retomar o ponto onde parei. O Tribunal de Contas da União proferiu uma decisão, que levou o número 040118/00 do seu Plenário, que diz o seguinte: “Considerar suprida, pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, a Decisão nº 869/98” — a 869/98 era a decisão que suspendia o repasse de recursos financeiros. Portanto, houve uma decisão do Tribunal de Contas da União dando como regular o prosseguimento da obra. A obra prossegue. Em relação à velocidade das obras, isso depende de repasse, ou seja, o Tribunal de Contas da União autorizou o Governo Federal a repassar recursos. O Governo Federal tem a sua limitação e tem um cronograma de repasse de recursos. E é em relação a esse repasse de recursos que são feitos os investimentos e que também há velocidade e o andamento. Você apresenta projetos ao Ministério da Justiça e o Ministério da Justiça analisa esse projeto de andamento



da obra. O que vai se fazer agora de acordo com o chamado cronograma físico-financeiro? Bom, nós vamos fazer a casa de guarda. Apresenta e se constrói a casa de guarda. E, em decorrência disso, a obra está dentro do seu cronograma normal. O concreto a ser usado é concreto pré-moldado, ou seja, muitas das peças não estão sendo feitas dentro do complexo, elas estão sendo feitas em indústrias fora do complexo; depois, serão montadas dentro do complexo. Então, uma série de aspectos que o canteiro de obras não revela diretamente a velocidade da obra. O importante é acrescentar que a previsão de conclusão é entre dezembro, se as condições climáticas o permitirem, e fevereiro de 2002 estará concluído o complexo prisional da Grande Florianópolis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Ainda gostaria de saber do Sr. Secretário a informação a respeito do valor global do contrato firmado com o Governo Federal para essa obra e quanto já foi repassado.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Foi firmado o contrato original. O valor era 7 milhões, 373 mil, 194. Esse valor, com as correções estabelecidas no próprio edital, com os índices estabelecidos no edital, eleva-se para 14 milhões, 24 mil, 324. E hoje nós já temos 6 milhões, 997 mil repassados à obra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Uma outra pergunta, Sr. Secretário: o senhor assumiu a Secretaria da Justiça e Cidadania de Santa Catarina em que data?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Em junho de 1999.



**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Junho de 1999. Então, anteriormente, possivelmente, a sua posse junto à Secretaria da Justiça e Cidadania houve a anulação de um termo aditivo firmado em 1995. V.Exa. confirma? Houve um termo aditivo que foi anulado, que não foi levado em consideração, que foi revogado em um acordo entre as partes. V.Exa. tem conhecimento disso?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Nós fizemos um acordo, sim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sim. Esse acordo foi feito quando, Secretário?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Foi feito no ano de 1999. Um ou dois meses depois de eu ter assumido.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Após. Qual foi o motivo desse acordo? Por que a empresa foi buscada, chamada, contatada para se propor um acordo onde se levasse em consideração o valor do contrato original?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Porque nós entendíamos correto levar em consideração o valor do contrato original.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Isto...

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Se me permite, Deputado, a empresa fez uma recomposição econômico-financeira baseada em índices que também eram aceitáveis, mas entendemos que naquele patamar a obra ficaria muito cara e inviabilizaria até os investimentos do Governo Federal e a contrapartida do Estado, além de dificultar a superação dos problemas no Tribunal de Contas. E aí, durante esse encontro, eu gostaria de acrescentar que, quando se faz um acordo, todo mundo tem de ceder. Aí a empresa entendeu por bem abrir mão daquele reajuste, daquela tese que defendia, que, me parece, achava que era correta. E eu não vou discutir se a tese era correta ou incorreta. Tanto que havia um recurso no



Tribunal de Contas da União. Então, com base nisso, a empresa, para fazer um acordo e dar prosseguimento às obras, concordou no sentido de que se mantivesse o valor original.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Uma outra questão ainda. É evidente que o senhor participou, já era secretário, então, desse acordo, dessa conversação com a empresa. A Secretaria da Justiça e Cidadania foi levada a propor essa conversa, esse acordo com base em algum dado, algum indício de superfaturamento ou de alguma irregularidade? V.Exa. pode...

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - De forma nenhuma. Não constatei nenhum indício de superfaturamento, até porque, se isso tivesse havido, me parece que o Tribunal de Contas da União teria apurado isso. O que havia em discussão eram teses. Uma tese, defendida pela empresa, no sentido de que o reajuste teria de ser “x” e outra tese, que deveria ser “y”. E nós, para espancarmos em definitivo essa questão, vamos manter o valor original do contrato. E a empresa resolveu também encerrar a polêmica, porque já se arrastava por anos, o que produziu uma economia significativa para os cofres públicos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Uma questão ainda, Sr. Presidente, e aí encerro, ao menos por hora, meu questionamento. Existe, secretário, alguma discussão de algum termo aditivo com a empresa? Existe alguma previsão de termo aditivo com a empresa, com a construtora?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Nenhuma, a menos que tenham me questionado, requerido ou solicitado algum encaminhamento dessa natureza. não existe absolutamente nada nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sr. Presidente, neste momento, me considero até aqui satisfeito com as respostas, deixando, então, registrado que



poderei voltar se algum fato surgir. Ao mesmo tempo, gostaria de dizer também ao secretário que em nenhum momento me pareceu haver irregularidade naquela obra — em nenhum momento. Contudo — e aqui gostaria que se registrasse, Sr. Presidente, em ata esta observação deste Deputado, e não poderia deixar de fazer esse registro —, mesmo que motivado por uma, não insinuação, por uma sugestão repetida por três vezes pelo Sr. Governador do Estado de graves indícios de irregularidade de superfaturamento na obra ou coisa mais... Ele deixou a induzir muita coisa na observação que fez a todos nós; a V.Exa., inclusive. Então, as palavras textuais do Sr. Secretário é que não observou, que não foi nenhuma suspeição de superfaturamento ou qualquer irregularidade que levaram a chamar a empresa para a negociação, com base, evidentemente, no que falou o secretário, a dificuldade de repasse por parte do Governo Federal, por um lado, e a contrapartida por parte do Governo do Estado nesses momentos difíceis. Feitas essas observações, agradeço as respostas ao Sr. Secretário. Se tiver ainda alguma coisa... Mas tive desde o começo e coloquei aos nobres Srs. Parlamentares que não tinha qualquer indício — até porque me perguntaram, porque sou do Estado — de irregularidade na obra, até porque ela foi iniciada no Governo anterior, somente terraplanagem, como colocou V.Exa., e teve continuidade no atual Governo. Eu não havia observado nenhuma irregularidade. Disse isso a todos os Deputados no encontro em que tivemos depois, inclusive, daquela nossa ida ao canteiro de obras. Mas reafirmo essa condição aqui. Realmente, não tive qualquer indício. E espero que nós possamos até esclarecer bem essa situação, para ficar muito claro para a Comissão que não fui a Santa Catarina atrás dessa obra; em absoluto. Tinha outros indícios. Esse apareceu lá na hora, por sugestão do Governador Esperidião Amin. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Agradecendo a participação do Deputado João Matos, passo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, Líder do PPS aqui nesta Casa.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Sr. Presidente, o que chama a atenção no depoimento do Dr. Paulo César é a sua tentativa de não dar aqui o esclarecimento sem antes colocar aqui posições que, frontalmente, contrariam o Parlamento e a sociedade brasileira. Aliás, o senhor ainda coloca, até com sentido, eu entendi, de intimidar, que além de Secretário de Justiça é Promotor de Justiça de Santa Catarina, o que é muito grave.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Grave?

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Muito grave. Não é grave, é muito grave. É lamentável que o senhor, sendo Secretário de Estado, em um Estado da importância de Santa Catarina, venha a ter esse comportamento numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Até mais, sabendo que uma Comissão Parlamentar de Inquérito é nada mais, nada menos do que uma ferramenta deste Poder em busca de investigar fatos, buscar documentar, relatar e não só punir. Isso aí quem vai fazer é o Ministério Público, perante o Poder Judiciário. Acima de tudo, indicar razões que mostrem possíveis mudanças administrativas e que tais fatos não ocorram mais. Por isso é que o Brasil está classificado como o 46º país do mundo, na transparência internacional, entre os países mais corruptos dos noventa e um pesquisados. Então, esse trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é para sanar, é para resolver, é para dar encaminhamento. E, a partir daí, tomar as decisões. De outro lado, o que está claro aqui também é que, quando coloca o Deputado João Matos a questão com relação à declaração do Governador, se é o Governador que fala, fala todo o Governo, inclusive V.Exa. Sim, V.Exa. também. É um Governo.





---

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Eu não fui ouvido.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Faz parte do Governo e, como tal...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deixa o Deputado falar, depois o senhor...

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Pode, não há nenhum problema de me interromper.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Não, mas só para a manutenção da ordem, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Nenhum problema. E é da maior gravidade, porque o que fala o Governador, fala toda a equipe. E se V.Exa. fala, também fala pelo Governo. Não há como dissociar ou separar esse ou aquele pronunciamento. E se houve uma denúncia, um discurso ou uma palavra qualquer de que havia indícios de irregularidade em determinada obra e também movimentação de terra, também é uma obra de engenharia. E como tal, precisa ser investigada, já que a maior autoridade do Estado foi quem se pronunciou dessa maneira. Então, quero deixar claro isso. E pelas palavras que V.Exa. acaba de esclarecer a este Plenário, não há nenhuma irregularidade constatada, nenhum indício sequer, não só irregularidade, nenhum indício de irregularidade. Se é isso de fato, não tem nem razão de estarmos aqui, até porque deixo claro que essa passagem dessa questão de Santa Catarina, da penitenciária ou do que quer que seja, qualquer tipo de obra precisa ser devidamente esclarecida. E V.Exa. vem aqui e esclarece. Eu me dou por satisfeito. Só acho que nós temos de ter o devido trato e o respeito, tanto pelo Ministério Público, que hoje, como Líder da Bancada do PPS, eu estava no plenário aqui hoje exatamente elogiando o Ministério Público Federal, em especial pós-Constituição de 88, que não só ajuda a investigar, ajuda a apurar,



mas, sobretudo, estabeleceu aquilo que no Brasil não existia, que é o sentimento de cidadania. E hoje o Ministério Público dá aos brasileiros. E eu tenho orgulho disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Secretário Paulo César.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Em momento algum, Deputado, a minha intenção foi desrespeitar o Parlamento. A única coisa que observei é que eu não havia ainda concluído a resposta às perguntas que o Deputado João Matos havia feito. Acho que um dos postulados da democracia é o contraditório. E no momento em que você está respondendo e não consegue concluir a sua questão, ou seja, até com o meu objetivo de esclarecer todos esses fatos, para que nenhuma dúvida reste, é que eu me insurgi a respeito disso, porque estava pretendendo concluir as minhas colocações. Com relação ao Governador Esperidião, ele já foi ouvido pela Comissão. Eu acho que se ele já foi ouvido pela Comissão, eu, que sou um subalterno, um inferior ao Governador, eu não tenho de questionar as palavras dele. Não é função minha aqui neste momento, perante esta nobre Comissão, estar comentando e questionando as palavras do Governador. Ele foi inquirido pela Comissão, deu o depoimento dele. Competirá agora à Comissão julgar e avaliar o depoimento dele. E eu vou dar — eu estou falando aqui pessoalmente — aqui um depoimento pessoal, e não institucional. Eu não estou falando aqui como... Eu assinei um documento, uma ficha como Paulo César Ramos de Oliveira. Não estou institucionalmente representando o Governo de Santa Catarina nem a Secretaria da Justiça. Estou vindo aqui depor sobre os fatos que tomei conhecimento como cidadão, que ocupa um cargo de Secretário da Justiça. Reitero que sou um amante da democracia, respeito esta Casa. Agora, respeito ainda mais os postulados que esta Casa defende, dentre os quais, elencados na



Constituição cidadã, de 05 de outubro de 1988, se destaca o contraditório e a ampla defesa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Eu darei uma questão de ordem a V.Exa. Só para reiterar novamente ao nobre secretário e a V.Exas., com conhecimento de causa, que aqui nesta Comissão o senhor está como Secretário de Estado da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina para responder às questões pertinentes a esse assunto que nós queremos saber sobre essa obra. Então, mais uma vez, este Parlamento quer esclarecimento sobre esse determinado assunto. Em relação à questão da democracia e do contraditório, no momento em que estamos lhe arguindo é para esclarecimento de um assunto desta Comissão. Não estamos aqui no momento para fazer esse contraditório nem essa abertura, a não ser o esclarecimento, para depois fazermos o nosso relatório.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Como disse, Sr. Presidente, estou devidamente esclarecido com relação ao assunto. Da minha parte, eu só estava inscrito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Eu sei, eu só estou esclarecendo. Aliás, eu não devia nem estar esclarecendo porque, como o próprio secretário está dizendo, ele é promotor, então, ele entende tecnicamente muito mais do que alguns Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Aliás, Presidente, até como promotor. Nós votamos recentemente a proposta de Lei da Mordaça, que os aliados dele em Santa Catarina foram a favor da Lei da Mordaça para o Ministério Público. E nós derrubamos por dezoito votos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Correto.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Só para registrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Só para esclarecer o Secretário que, evidentemente, não esteve presente e não podia saber. O Governador não foi inquirido, não foi ouvido; o Governador foi visitado. Nós fizemos uma visita protocolar ao Governador e lá, durante a visita, ao término da visita, é que, por reiteradas vezes, ele fez a sugestão para que se buscasse irregularidades nessa obra. Mas não foi o Governador ouvido, ao menos ainda não foi ouvido por essa Comissão.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Só para esclarecer esse assunto, Deputado, eu não posso falar pelo que o Governador disse. É isso que eu quero deixar claro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Eu entendi a sua colocação, perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente, primeiramente, também queria lamentar a atitude do nobre inquirido, que adentrou em nosso recinto, na CPI, na Casa do povo, e eu fui testemunha da indelicadeza dele com V.Exa., no momento em que ele disse: “Que horas vai começar? Vamos, está na hora!” Eu acho que isso foi uma falta de respeito muito grande com V.Exa., com a Casa, com a instituição, porque aqui é a Casa do povo. Talvez ele esteja acostumado a fazer isso na casa dele ou no próprio escritório. Eu acho que aqui nós devemos ter o



respeito merecido. Mas, Sr. Presidente, nobre Secretário de Justiça de Santa Catarina, tive oportunidade de estar presente junto com V.Exa. e com outros companheiros no Estado de Santa Catarina e também tive oportunidade de visitar **in loco** a penitenciária daquele Estado, que se encontrava uma obra não concluída; vi diversos vergalhões. E eu gostaria de saber do nobre Secretário — eu não estava aqui... Estava aqui observando alguns dados técnicos, inclusive algumas constatações e problemas identificados nessa obra no TCU. Gostaria que ele falasse aqui pra esta CPI quantos por cento dessa obra já está concluída, se fosse possível.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Deputado, se me permite, não quero polemizar, até falei ao Presidente, mas se chegar no horário é falta de educação, eu vou permitir permissão ao nobre Deputado pra continuar sendo sempre uma pessoa muito mal-educada. E nós já concluímos 40% da obra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Quero dizer a V.Exa. que ninguém lhe chamou de mal-educado. Eu reafirmo e lhe digo que você foi indelicado com a Presidência e com esta Casa, porque os Deputados que aqui chegaram atrasados não estavam passeando. Tenho certeza de que os Deputados estavam em algumas outras Comissões ou em alguns outros Ministérios tratando de interesse do povo. E se o senhor chegou, aguardou o momento devido, está sendo inquirido agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu pediria ao nobre Secretário, mais uma vez, que se restringisse às respostas aos Parlamentares, pra que nós pudéssemos fazer o nosso trabalho, porque se o nobre Secretário incorrer novamente nas questões que não são alusivas ao nobre Deputado, é necessário que esta Presidência tome as providências necessárias. Gostaria que o nobre



Secretário se restringisse a responder ao nobre Deputado. Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Nobre Secretário, nas suas palavras, me parece que vocês que compõem o Secretariado do Governo do Espírito Santo, desculpe, de Santa Catarina, vocês têm o costume de se reunirem freqüentemente, até pra saber um dos problemas da pasta do outro. Positivo?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Então, eu vou aproveitar até a oportunidade em que V.Exa. fez essa afirmativa, entrando no mesmo mérito de umas outras obras inacabadas. Essa obra aqui da penitenciária, ela foi solicitado pela empresa um aditivo, correto?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, foi feito um aditivo para recuperação da degradação ambiental.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Foi aceito?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim, a obra ficou quatro anos. Havia milhões de metros cúbicos de terraplanagem, e nós fizemos a recuperação ambiental.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Esse aditivo foi aceito. E qual foi o aditivo que V.Sa., junto com o Deputado João Matos, informou que havia feito um acordo com a empresa para o não aumento do valor orçado?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – O que acontece é o seguinte: a empresa, durante a paralisação por razões ambientais, ela solicitou ao Secretário e à Secretaria da época uma recomposição econômico-financeira, pelo período de paralisação, correção etc. Aí, houve discussão sobre um índice, foi feita essa recomposição e o TCU — aliás, já respondi essa pergunta para o Deputado



João Matos — não aceitou. Num segundo momento, quando eu assumi como Secretário, eu chamei a empresa e disse: "Eu preciso de vaga no sistema prisional. Nós temos um déficit de 1.500 vagas no sistema prisional. A empresa tem interesse em continuar litigando a respeito desse reajuste, inclusive no Tribunal de Contas da União, ou nós fazemos um acordo e tocamos a obra e a empresa aceita o valor do edital?" A empresa ficou de pensar e retornou dizendo que aceitava.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – V.Sa. recorda o valor, o percentual que era? O percentual de aumento que estava sendo solicitado pela empresa, o senhor recorda?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, não recordo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Não recorda. Então, o senhor achou...

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, não. Veja bem, não foi um percentual, foi em relação a um índice contratual.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – A um índice, pois não.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – A um índice contratual.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Isso.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não é coisa da minha época, também. Isso foi um assunto...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Certo. Então, eu vou lhe fazer uma pergunta aqui, muito simples. Talvez não tenha se passado mais do que 25% de reajuste. O senhor acredita? Se recorda perfeitamente?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Se eu não participei desse ato e não...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Não, mas o senhor foi quem fez o acordo.



**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu fiz o acordo, mas eu penso que águas paradas não movem moinhos. No momento que a empresa aceitou, pra mim, essa é uma etapa que está vencida, e o Tribunal de Contas concordou com tudo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Perfeito. Mas o senhor não se recorda de números a respeito disso?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Infelizmente, eu não me recordo de números, até porque, como bem o senhor disse, e eu estou cômico da responsabilidade do Parlamento, a minha Secretaria trata desde setores indígenas, passando por drogados, dependência química, defesa do consumidor, sistema prisional, adolescente infrator. Hoje, por exemplo, eu deveria estar tratando de uma intervenção de um centro no Município de Joaçaba, em Santa Catarina. Então, eu estou lhe dizendo que esse é um detalhe que já passou e...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Pois não. O senhor tomou essa atitude de fazer essa negociação vinda do senhor ou fez contato com o Governador, e o Governador sugeriu que não aceitasse, que fosse feito esse acordo?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu tomei essa decisão com base no interesse público e...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sim, mas o Governador tomou conhecimento?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim, o Governador tomou conhecimento de tudo. Eu tomei... Propus ao Governador e o Governador entendeu, com base no interesse público, em acatar a sugestão do Secretário.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Eu gostei dessa frase: “Com base no interesse público.” Então, vou lhe fazer uma outra pergunta, até porque V.Sa.





conhece também os problemas dos outros secretariados, já que vocês têm contatos freqüentes. O senhor conhece uma obra chamada Via Expressa Sul?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Conheço.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – O senhor sabe qual foi o valor orçado daquela obra pra empresa pela qual foi vencedora? O senhor se recorda? Sei que não é da sua pasta, mas o senhor diz que tem contato com as outras Secretarias, talvez o senhor tenha conhecimento.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, eu não tenho conhecimento do valor orçado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – O senhor, como Promotor, como Secretário, não é, como zelador também do bem público, o senhor tem conhecimento ou já teve conhecimento de que aquela obra foi orçada em 30 milhões de reais, desculpe, que ela foi orçada em 50 milhões de reais e que a empresa vencedora venceu dando um preço de 30 milhões de reais, 20 milhões a menos? O senhor não tem conhecimento?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Esses foram fatos que aconteceram no Governo anterior.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Vou chegar nesse.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não tenho conhecimento disso. Não sei se consulto a Presidência da Mesa, que disse que nós devíamos... Eu posso até informar, me coloco à disposição, mas submeto à Presidência, que disse que nós deveríamos nos ater ao assunto...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Mas é só pra fazer uma ligação. Essas perguntas, Sr. Presidente, é pra fazer a ligação com o que estamos lidando aqui...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*



**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – ...em relação ao que eu souber, me coloco à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Solicitaria que não desviassemos...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Pois não. Mas é justamente sobre isso, Sr. Presidente, é pra comparar que se está tratando de um assunto de uma maneira e de outro assunto de outra maneira. Para o senhor ter idéia, já que o senhor não se recorda, essa obra foi orçada em 50 milhões. Custou para a empresa, 30 milhões de reais. Hoje, essa obra já recebeu mais de 65 milhões de reais, mais de 100%, e está para ser concluída com valor orçado aproximadamente de 90 milhões de reais. O senhor, como Secretário...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu pediria ao nobre Deputado Sérgio Reis que direcionasse o questionário, porque temos outros a argüir e outras pessoas.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Não, eu só queria fazer essa pergunta, Sr. Presidente. Se ele responder, tudo bem; se não quiser, eu aceito. Se ele acha que o Governo agiu de maneira diferente. Para uma obra como a penitenciária, ele achou que... inclusive ele acha que o valor não seria nem 25% de aumento nos itens, e essa outra obra, no mesmo Governo, já recebeu mais de 100% e ainda terá que receber muito mais recursos, e ainda não foi concluída. Você acha que o Governo agiu diferente dessa maneira? Se quiser responder; se também não quiser.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, não tenho dificuldade nenhuma em responder. Eu digo o seguinte: há questões de natureza técnica, da área da Secretaria de Transportes e Obras, que eu não tenho, não sou nem habilitado, eu sou bacharel em Direito, não sou nem habilitado pra avaliar e pra



julgar. No meu caso, eu entendi, e a empresa aceitou, podia não ter aceitado, ter dito não. Mas consegui uma negociação favorável. Agora, eu não posso julgar nem sequer avaliar...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – O senhor, como Promotor...

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – ...o que acontece na Secretaria de Obras do Estado. E é uma obra gigantesca, é uma obra de vulto, e tenho ouvido comentários nas reuniões de colegiado sobre o andamento da obra, a obra tem um cronograma. Agora, nesses detalhes, obviamente, como dizem respeito exclusivamente a cada Secretário, são questões de natureza eminentemente técnicas, seria o mesmo que perguntar para o Secretário dos Transportes o que que ele acha do complexo de São Pedro de Alcântara.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Eu sei, mas só fiz essa pergunta porque V.Sa. até indagou ao nobre colega João Matos, que na época era Secretário da Educação e também não tinha nada a ver com a pasta que o senhor citou. Sr. Presidente, só foi pra mostrar que esta CPI está indo num caminho correto. Nós estamos recebendo diversas denúncias, diversas informações, e tem sido de fundamental importância para esta Casa a participação popular, os **e-mails** que a CPI vem recebendo, nossos colegas Deputados aqui também estão recebendo. A própria participação da imprensa tem sido fundamental pra nos informar de diversas obras das quais ainda não tínhamos obtido as informações necessárias. E queria, Sr. Presidente, no momento, me dar como satisfeito sobre as indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, agora nós vamos passar a palavra para o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, antes de passar sobre a obra de Florianópolis, eu gostaria de consultar a Presidência se nós



não poderíamos receber agora o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Dr. Rafael, que fez um grande trabalho em prol do País, em prol do Estado, em prol do povo brasileiro. É um trabalho que realizou com todos os técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Hoje S.Exa. está aqui pra entregar na mão de V.Exa., para conhecimento desta Comissão, o que foi realizado no Estado do Paraná. São 1.055 obras que o Tribunal levantou com toda a sua equipe, com os convênios, e que ainda continuam tomando providência, as obras não pararam. Eu fiquei sabendo que eles ainda continuam tomando providência, chamando os responsáveis, para que possam dar continuidade às obras. É um grande exemplo para o Brasil e é um grande exemplo também para esta Comissão. Eu tenho levado isso ao conhecimento de outros tribunais. Todo mundo duvidava de mim. E eu gostaria até de requerer dele que pudesse passar uma cópia pra todos Tribunais de Contas de Estado no País, pra tomar conhecimento do trabalho que foi feito no Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria consultar este Plenário, para interromper...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Magno Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Se tem alguém sendo inquirido, Sr. Presidente, alguém convidado que está sendo ouvido ainda, a não ser que já tenha terminado a inquirição do Sr. Paulo César, mas interromper o Sr. Paulo César pra ouvir uma outra pessoa e, em seguida, ele voltar, eu não acho que seja de bom-tom. Eu sugiro à Mesa que encerre a inquirição do Sr. Paulo César.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, ele não foi convidado hoje. Ele só está aqui para entregar um documento para a Comissão. Só veio aqui para entregar um documento. Não foi convidado, não foi nada; só para entregar esse documento.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sr. Presidente, desculpe, eu entendi que ele seria ouvido. Retiro a minha palavra. Acho que é possível que se suspenda a inquirição para receber o documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria consultar o Plenário, porque o Plenário é soberano.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu retiro a minha palavra, Sr. Presidente, porque eu entendi que se iria suspender a inquirição para inquirir uma outra pessoa e, depois, ele voltar. Mas é só suspender para receber um documento. Nem precisa suspender a sessão. Acho que até solenemente ele pode entregar ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria convidar o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Dr. Rafael Iatauro, para compartilhar esta Mesa. *(Pausa.)* Usará a palavra o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Dr. Rafael Iatauro.

**O SR. RAFAEL IATAURO** - Sr. Presidente e senhores componentes desta CPI, vou ser breve, porque sei que os senhores têm muito trabalho, do mesmo jeito que estamos tendo no levantamento que estamos fazendo. Animou-me o levantamento das obras inacabadas no Estado do Paraná a provocação que tenho de um Fórum, que já está se tornando de desperdício no Brasil, que é Fórum do Tribunal de Justiça, que fica exatamente defronte a minha janela, no Tribunal de Contas. É uma obra que o Deputado Rubens Bueno, que é um grande Deputado



representante do Paraná, conhece bem. É uma obra que foi iniciada há 20 anos, paralisada em 1992 e muito dinheiro foi jogado sem que o povo tivesse sido consultado sobre aquele verdadeiro desperdício. V.Exa., Sr. Deputado, com a sua Comissão, teve uma passagem brilhante e marcante pelo Paraná, porque foi por lá que V.Exas. demonstraram a nós todos, paranaenses, a seriedade com que se trata esse assunto das obras inacabadas no Congresso Nacional. V.Exas. não foram ao Paraná para viajar, para gozar das delícias das nossas cataratas ou da aprazível cidade de Curitiba. V.Exas. lá estiveram desenvolvendo um trabalho gigantesco, um trabalho de alta envergadura, sem preocupação com os holofotes, sem preocupação com as lâmpadas da televisão, mas com a preocupação realmente de dar uma resposta à opinião pública daquilo que está acontecendo no Brasil. Eu acho que esta é realmente a função de todos nós, do Poder Legislativo, que é o titular do controle externo, e dos Tribunais de Contas, que auxiliam o Poder Legislativo no controle externo. Achei que devíamos fazer esse levantamento. Montamos uma comissão composta de técnicos do mais alto gabarito no Estado, com engenheiros, com advogados, com contadores, com economistas, que percorreram o Estado durante 180 dias e fizeram um levantamento **in loco** e um levantamento através de informações, porque, na verdade, o que queríamos era apenas um diagnóstico daquilo que estava acontecendo no Estado. Eu vou terminar, Deputado, V.Exa. pode ficar tranqüilo, porque eu vou terminar. Apenas aceitei um convite e vim aqui para colaborar com a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Pois não, continue, pode terminar.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Questão de ordem, Sr. Presidente. Existe uma pessoa convidada, à mesa. Eu quero esclarecer isso até por uma



questão de respeito ao cidadão que aí está. Quando eu retirei a minha fala, V.Exa. iria receber um documento. Eu acho que a fala dele tem sentido, é propícia para esta Comissão ouvir, mas acho que, no final, no encerramento da inquirição da pessoa que está sendo inquirida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Está acatada a questão de ordem de V.Exa. Mas, só para concluir, Presidente.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Pois não. Eu já não sei mais onde eu estava. *(Risos.)* O fato é que eu vim aqui com a maior boa vontade.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Tudo bem.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Eu fui convidado por V.Exa. Vim aqui trazer... de uma área que eu não tinha nem direito de trazer, porque eu não tenho nada com as obras federais.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Perfeito.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Quem tem a ver com essas obras federais é o Tribunal de Contas da União. Mas é que, nesse levantamento que nós fizemos, que envolvia as obras do Paraná, nós encontramos sessenta obras de recursos federais. Então, o que eu fiz? Ontem, primeiramente, entreguei o documento ao Ministro Humberto Souto, porque é a ele que cabe essa responsabilidade. Porque há no Tribunal de Contas — e V.Exa. o conhece muito mais do que eu —, uma plêiade dos melhores técnicos do País, em qualidade, possivelmente, não em quantidade da necessidade que o Brasil precisa. Daí, então, a minha preocupação, atendendo à convocação de V.Exa., de convite, de entregar a V.Exa., também, uma cópia daquilo que eu entreguei ao Ministro Humberto Souto. E V.Exas. saberão dar a ela o tratamento que melhor lhes convier. Foi uma honra muito grande estar aqui.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – É uma satisfação...

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria agradecer.

Agora, darei a questão de ordem ao nobre Deputado Rubens Bueno.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Questão de ordem. Na última reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Norberto Teixeira e eu fizemos uma proposta à Mesa. E o Plenário concordou em convidar o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Dr. Rafael Iatauro, para que viesse, nas próximas reuniões, a Brasília, e trouxesse esse relatório, e franquear-lhe a palavra. Essa foi uma decisão desta Comissão. E V.Exa. expediu um convite, por escrito, ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. Então, diante disso, eu também quero perguntar ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. Até porque ali, como Presidente do Tribunal convidado, ele está aqui na condição de convidado. O outro está ali na condição de convocado e, como tal, deve permanecer. Nós estamos aqui a discutir aquilo em que há relevância. Depois de um trabalho de todo um tribunal, com relação a verbas federais no Estado do Paraná, um trabalho pioneiro, e que nós queremos até sugerir a V.Exa. que, ao recolher esses documentos no Paraná faça a sugestão aos Tribunais de Contas dos Estados, para que procedam da mesma forma com relação às obras federais nos seus Estados. Até para fazer um diagnóstico, como tão bem-feito foi pelo Tribunal do Paraná, por sua equipe, por seus profissionais, e que, efetivamente, contribua para que esta Comissão chegue ao melhor final. Ao melhor final, que é aquilo que acabou de dizer o Secretário, de interesse público. Esse é o motivo da presença do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Por isso, eu quero reafirmar: ele está aqui como convidado, aprovado por esta Comissão na semana passada, no plenário, quando a sugestão foi colocada. E





foi expedido um ofício do Presidente desta Comissão convidando-o para que viesse a esta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria evitar esse debate, Deputado Magno Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não, não é debate. Eu só queria concordar com o Deputado Cunha, meu amigo. Acontece o seguinte: uma vez que o Presidente do Tribunal foi convidado por esta Casa, por esta Mesa, para poder expor o trabalho, eu acho que é da mais alta relevância. Só que eu entendo o seguinte: vamos encerrar com ele e vamos ouvi-lo, porque é relevante demais o que ele tem para falar. E não só entregar o documento. A minha proposta foi essa. Se encerra e ele vai entregar um documento, fica só por isso. Quando ele começou a falar, você quebrou o raciocínio do que está aqui como convocado. Vamos ouvir o convocado e encerrar, e trazer o Presidente, porque é da mais alta relevância o trabalho que ele fez, Sr. Presidente. Ele é convocado. Porque todos nós queremos ouvir muito mais do que ele já expôs aí. Queremos ouvir o trabalho todo que ele fez. Essa é a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria só...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Para não levar a questão adiante, eu, antes de passar a palavra e a ação ao Presidente do Tribunal, eu consultei o Plenário. E, como este Plenário é soberano, por isso que eu passei a palavra.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, eu só queria encerrar. Para que nós pudéssemos dar prosseguimento aos nossos trabalhos.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não. Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Como eu estava com a palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Exato.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Era a minha vez de fazer as perguntas ao convocado, Dr. Paulo, eu gostaria, aqui, de agradecer ao Dr. Rafael. Eu não quero gerar polêmica na Mesa, mas, como ele tem colaborado muito com o povo brasileiro, quero deixar bem claro isso, colaborar com esta CPI, que não é função do senhor, obras federais, eu quero aqui agradecê-lo. E dizer que continue fazendo um trabalho com os técnicos, que o senhor está fazendo, porque não está ajudando não é a mim, não é a esta CPI, mas está ajudando o povo brasileiro. Obrigado, Dr. Rafael.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, eu queria agradecer ao Dr. Rafael Iatauro...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Eu queria dar uma sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Talvez... existem quantos inscritos, ainda? Mais três?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não. Inscritos aqui, não tem mais inscrição... eu só estou encerrando.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Não. Existem dois inscritos, ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Para argüir o Secretário só tem o Deputado Norberto.



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Pois, talvez, se o senhor não se incomodasse...

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** - Absolutamente.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - O senhor poderia até aguardar aí. A sugestão, Sr. Presidente, é que terminaria a argüição do Secretário e nós continuaríamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não. Só que eu reforço, Deputado Magno Malta, que antes de tomar essa conduta, eu consultei o Plenário. E, como ele é soberano, então eu tomei a ação de fazer as vezes que o Plenário gostaria. Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Paulo, a obra, hoje, de São Pedro de Alcântara, como ela está?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – As obras estão transcorrendo em clima de normalidade. Hoje, devem ter — provavelmente, o pessoal da área técnica é que vai ser ouvido depois de mim, vai poder falar —, eu acredito que haja mais de cinqüenta operários trabalhando. E as obras seguem em ritmo normal. Eu posso dizer, Deputado, o prazo que nós temos, e é uma responsabilidade da empresa de concluir esse prédio, no máximo, em fevereiro de 2002. Então, eu tenho que cobrar da empresa o prazo. E os meus assessores, o meu pessoal técnico que tem acompanhado a obra, inclusive há fotos da obra que podem ser divulgadas, comprovando que o ritmo das obras caminha normalmente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas é em ritmo lento ou normal? Está sendo cumprido dentro do contrato?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Na minha opinião, o ritmo é normal.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - A construtora é a Espaço Aberto?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – A construtora é a Espaço Aberto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quantos aditivos foram feitos nesse contrato, desde que iniciou a obra, a primeira vez que foi licitado, no Governo passado, até a atual?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – O aditivo, na verdade, ele é feito cada vez que se pede uma nova injeção de recursos. Isso não é um aditivo para aumentar o valor do contrato. E já foram feitos vários aditivos nesse sentido. Agora, para aditivo de obras complementares, o único aditivo efetivamente feito foi aquele para reparação ambiental. Agora, aditivo para aumento do valor de contrato, como perguntou o Deputado João Matos, nenhum foi feito.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas foi um aditivo para poder devolver também uma quantia que foi paga a mais?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, aí...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Esse aditivo foi assinado em 18/02/2000, Decisão nº 869/98.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Deputado, isso é consequência da decisão do Tribunal de Contas. É uma decisão **ex officio** e automática.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas em 98 o senhor fazia parte do Governo?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não?



**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu comecei em, eu já respondi, em junho de 99.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, o senhor respondeu, mas eu não estava. Eu gostaria, Dr. Paulo, de tratar o senhor com educação, como também gostaria de ser recebido com educação. Então, vou explicar para o senhor. Essa devolução desse dinheiro — 1 milhão, 987 mil, 203 reais —, esse dinheiro está sendo devolvido ou não?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim, o dinheiro está sendo devolvido, é uma decisão.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nas faturas, quanto já foi devolvido?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – É uma decisão do Tribunal de Contas. A cada fatura é abatido esse valor, conforme a determinação do Tribunal de Contas. Ou seja, quanto às faturas, o importante é dizer o seguinte: em todas as faturas que são emitidas, em todas elas está sendo feito o abatimento, conforme a determinação do Tribunal de Contas.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor trouxe a documentação dessa obra toda para nós?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Essa documentação já foi encaminhada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Inclusive o aditivo, a devolução do dinheiro das construtoras?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim. Essa documentação foi encaminhada.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, o senhor tem uma cópia? Já que foram encaminhados esses documentos, o senhor tem uma cópia? A CPI recebeu esses documentos todos, inclusive com a devolução do dinheiro para cumprir com o TCU?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência recebeu os documentos, só que eu não sei de detalhes para transmitir a V.Exa., em relação a essas devoluções dos aditivos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor está a par de uma decisão, de um levantamento que foi feito, agora, pela Secretaria Federal de Controle Interno, nessa obra?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim. O Tribunal de Contas tem acompanhado a obra *pari passu* .

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não. Tribunal, não. Secretaria Federal de Controle Interno.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – A Secretaria de Controle Externo... Não faz parte, não. A Secretaria de Controle Externo não é... o escritório do Tribunal de Contas, a Secretaria de Controle Externo é um...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Do Ministério da Fazenda.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não tenho conhecimento...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então eu vou explicar para o senhor: o senhor é quem está tomando conta da obra agora, não é? O senhor não entende nada do Governo passado. Mas, aqui: Bloco III, constatação de problemas identificados. Quanto ao cronograma de execução, atrasado por motivo de gerenciamento de recursos, vez que, devido à necessidade de renegociação do custo da obra, para atendimento à exigência do TCU. Houve atraso significativo na



realização física, entretanto, novo cronograma se encontra em estudo para a priorização do prazo de conclusão. Então, na realidade, está atrasada a obra, pelo prazo. Bom, dentro da média de mercado houve, por determinação do TCU, regularização do custo da obra, definido pela Concorrência Pública nº 9, SSP/93. É impossível avaliar as especificações da obra. Houve alteração não informada no projeto original, não havendo, ainda, revisão da documentação técnica da engenharia, que não estava na obra. O canteiro de obra não pôde informar a documentação e a caderneta de obra, que é obrigada a ficar no canteiro de obra.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Admite uma intervenção, Deputado?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Espere um pouquinho. Eu vou passar uma cópia para o senhor. Eu vou passá-la e vou fazer a pergunta para o senhor, no final. Então, eu gostaria de fazer uma pergunta, Dr. Paulo: a Secretaria do senhor, às vezes, é um órgão só repassador de dinheiro. Em alguns Estados tem a Secretaria de Obras. O senhor assina o desempenho e passa para a Secretaria de Obras. Em Santa Catarina é assim, ou é o senhor que é o responsável pela obra?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não. Não é a Secretaria, é o Departamento de Obras do Estado. Eu fiz questão de que o Secretário nomeasse uma comissão. E há uma comissão de treze engenheiros que acompanha a obra. Treze engenheiros do Departamento de Obras dos Estados dão assessoramento técnico.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas o Departamento de Obras é ligado à Secretaria do senhor?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, é ligado à Secretaria de Obras.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Secretaria de obras?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – É.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, existe a Secretaria de Obras?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Existe.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O recurso... Simplesmente o senhor recebe as faturas e repassa os recursos para a Secretaria de Obras pagar o recurso?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não. A Secretaria de Obras certifica as notas. O meu convênio é com o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça repassa para a Secretaria, a Secretaria submete o andamento da obra à apreciação dessa Comissão da Secretaria de Obras, a Secretaria de Obras certifica se, efetivamente, o serviço foi realizado, e, aí, faz o pagamento para a empresa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas é a Secretaria de Obras que abre a licitação, e tudo?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – No mais das vezes, sim.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor podia informar para essa Comissão o nome do Secretário de Obras?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – O Secretário é Leodegar da Cunha Tiscosky

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu gostaria, Sr. Presidente, de marcar bem o nome do Presidente, para que a Secretaria pudesse convidar esse Secretário de Obras para depor aqui. Porque, na realidade, quem abre licitação é a Secretaria de Obras. O Secretário de Justiça, simplesmente, repassa o recurso. Ele pode ter um acompanhamento, mas o responsável, quem assina os empenhos é o





Secretário de Justiça. Mas, na realidade, o Secretário de Obras também é o responsável por essa obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata a sugestão de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor concorda com isso?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Veja bem, eu não concordo com isso, porque a Secretaria de Obras dá um assessoramento técnico. Eu não sei... o Deputado está se reportando a fatos anteriores. Ou seja, a questão do Governo anterior, quando foi realizada a licitação da obra. Naquela oportunidade, eu não sei exatamente como funcionava: se era a Secretaria de Obras que licitava ou se era a própria Secretaria que licitava. Eu não tenho idéia desse assunto. Mas, de minha parte, a Secretaria de Obras, através do seu Departamento de Obras de Engenharia Hidráulica, é um assessor técnico da Secretaria. Ou seja, o departamento da Secretaria de Obras que é ouvido, e que, inclusive, fiscaliza obra, e que é ouvido cada vez que alguma nota de execução de trabalho e de serviço é emitida. E, antes de pagar, obviamente que nós temos que observar a opinião técnica do Departamento de Obras do Estado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, Dr. Paulo, não estamos entendendo e talvez não estejamos sabendo expressar para o senhor. O Departamento de Obras e de Controle é vinculado à sua pessoa? É subordinado à sua pessoa?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não, o Departamento de Obras não é vinculado à minha pessoa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É isso que eu gostaria de escutar. Então, não é vinculado. É vinculado a que Secretaria?



**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – À Secretaria de Obras do Estado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, é vinculado. Ele presta conta ao Secretário de Obras, não é isso?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – O DEOH presta contas ao Secretário de Obras. Mas, especificamente, nesse caso, o DEOH, a respeito dessa obra, presta contas diretamente a mim. Por quê? Porque é um órgão que dá assessoramento técnico para mim e para todas as Secretarias. Todas as Secretarias. A Secretaria da Agricultura quer fazer um posto da EPAGRE, utiliza o assessoramento técnico dos engenheiros do DEOH. Assim é que funciona.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu sei. Mas o Departamento de Obras é vinculado à Secretaria de Obras. O senhor tem os técnicos do senhor, na própria Secretaria do senhor, para poder acompanhar a obra. Mas, na realidade, a delegação jurídica, aprovada pela Assembléia, dos Planos de Cargos e Salários, o Departamento de Obras está vinculado à Secretaria de Obras?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim. A Secretaria de Obras, sem dúvida nenhuma, isso não tem discussão nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então, está bom. Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor: o senhor sabe quanto já foi repassado de obras e dinheiro, desde o início dessa obra até a atual, com reajuste, com todos?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Em torno de 7 milhões de reais. Sete milhões e novecentos mil reais. Seis milhões e novecentos mil reais.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor está desde quando? Desde 99, 2000?



**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu assumi no dia 17 de junho de 1999.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixe eu falar para o senhor. Essa obra teve um termo aditivo, também, um termo de convênio. Foi feito o Termo de Convênio 021/00, até 28/02/2001. Foi sendo redefinido com elaboração e andamento de um novo cronograma físico-financeiro. Esse novo cronograma físico-financeiro o senhor tem ele? O senhor encaminhou à CPI?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim, sim. Veja bem, Deputado, termo aditivo, como eu mencionava, qualquer recurso que se pega em Brasília se faz um novo termo aditivo. Daqui a pouco, eu vou fazer um outro termo aditivo. Não é aditivo para aumentar o valor do contrato. Se assina com o Ministério da Justiça um termo aditivo para se poder buscar recurso para dar continuidade à obra. Então, há uma diferença entre aditivo contratual e termo aditivo. O termo aditivo é para repassar recursos que já foram contratados.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, eu perguntei para o senhor, desde o começo, sobre aditivo. Perguntei de termo aditivo.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Termos aditivos, cada vez que se precisa, que acaba o recurso que foi enviado, se faz um novo termo aditivo para que seja repassado um novo montante de recursos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E já foram feitos quantos? Vinte, dez?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Acredito que tenham sido feitos. Cada vez que a obra está em andamento, se fazem termos aditivos, em torno de quinze, no mínimo.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Em quanto tempo ficou essa obra paralisada?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Essa obra tem quase dois anos de paralisação. Dentre aspectos ambientais e proibição de repasse de recursos pelo Tribunal de Contas da União, até que ficasse sanada aquela questão da recomposição econômico-financeira, deve ter dado em torno de um ano e meio, quase dois anos de paralisação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Gozado, o próprio Tribunal de Contas está questionando o desconto das faturas da empresa, correspondente a 1 milhão, 987. O controle interno da União, o Ministério da Fazenda, também tem dúvida sobre esse desconto. Eu quero dizer ao senhor que o meu interesse é ver a obra funcionando, o meu interesse é levar, lá... Agora, o meu interesse, também, é tirar dúvida. E o próprio controle interno que foi realizado, no dia 05/04/01, está questionando, está em dúvida sobre o desconto dessas parcelas que foram pagas a mais. Mas eu não entendo. Essas parcelas que foram pagas a mais, a construtora concordou pagar normalmente, devolver o dinheiro normalmente?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não. Veja bem, Deputado, esses recursos estão sendo devolvidos como abatimento nos novos repasses, nos novos pagamentos que são feitos à empresa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sim.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Concordou.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Concordou, normalmente? Então, o contrato era superfaturado? O senhor concorda com isso?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não foi o senhor. No seu contrato, o contrato já era superfaturado?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Deputado, com o máximo respeito, a cada argüição de cada colega seu, eu já respondi essa questão, não é?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas eu não estava. Eu gostaria que o senhor pudesse responder para mim...

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu não concordo com o superfaturamento do contrato. Havia a discussão a respeito de um índice. A empresa discutia um índice que entendia justo e correto, em razão do tempo que a obra ficou paralisada, por razões ambientais. Nós fizemos um acordo. Inclusive, isso estava em discussão no Tribunal de Contas da União. Nós fizemos um acordo, a empresa concordou, e foi retirado esse recurso. E a polêmica se encerrou aí, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O Ministro-Relator desse processo, hoje, é o Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Humberto. Ele mandou fazer uma avaliação desse contrato. Se fosse hoje, só a diferença desse contrato estaria em torno de 10 milhões de reais. Dez milhões de reais, hoje. Isso, citado pelo Ministro-Relator da época, hoje Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Humberto Guimarães Souto. Ele achou foi um grande êxito, questionando isso. Inclusive, no relatório, no voto do Ministro, ele fala que não ia anular a obra, porque a obra estava em caminhamento e que, também, iria trazer um grande prejuízo para o sistema penitenciário do País, inclusive em Santa Catarina. Então, concordando com o termo aditivo que foi feito com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Florianópolis, de Santa Catarina. E, hoje, estaria em torno de... seriam, hoje, 10 milhões de reais. Eu não entendo isso. Se, hoje, uma empresa tira



em torno de 10 milhões do seu faturamento, uma obra (*ininteligível*) e aceita descontar nas próximas faturas, é porque houve erro. Há que concordar comigo?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – A questão de ter havido ou não ter havido erro, ela fica superada na medida em que houve um acordo. Essa questão estava sendo discutida. O Tribunal de Contas da União poderia ter concordado até que esse índice estava correto. Poderia até ter concordado. Como é que eu vou julgar se estava certo ou se estava errado, se a questão, hoje, não está mais em discussão? Como é que eu vou julgar essa questão?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não. Está em discussão, sim. Eu vou explicar o porquê, Dr. Paulo. Aí, eu gostaria de ser educado com V.Exa., como também gostaria de não questionar, mas gostaria só de dizer para o senhor o seguinte: eu poderia muito bem, eu não sei, mas eu poderia muito bem... se nós, hoje, pedirmos para levantar todos os processos, quebra de sigilo, Receita Federal, de todos os envolvidos nesse processo, nós vamos, hoje, chegar a um final drástico. E eu não estou aqui para fazer isso. Eu só quero dizer para o senhor que eu estou aqui com o interesse de voltar a obra. Nós temos informação de que a obra está lenta. Eu estive pessoalmente na obra, havia poucas pessoas trabalhando. A informação é da própria pessoa que estava responsável por lá. Eu fiz questão de perguntar quantas pessoas estavam trabalhando. Ele me respondeu que são muito poucas pelo tamanho da obra. Então, na realidade, os recursos estão sendo liberados. Inclusive, eu tenho informações do próprio Ministério da Justiça. Então, eu gostaria de pedir ao senhor... porque não foi questionado. Está questionado, sim. Foi feito um acordo. Agora, eu quero saber. Eu quero ver o documento, viu, Sr. Presidente. Eu gostaria de requerer, eu quero todas as guias de recolhimento de devolução dessa construtora. Já que nós precisamos saber, nós vamos questionar



atrasados. Vamos começar. Eu quero todas as guias, Sr. Presidente. Eu quero todas as informações de guias que nós podemos devolver. E quero dizer o seguinte: quero ver a contrapartida do Estado, também. Eu sei que a contrapartida está sendo maior, mas, também, eu gostaria de ver a contrapartida. Olha aqui, o Ministério da Justiça me informou, no dia 5 de setembro de 2001, Penitenciária da Grande Florianópolis, Convênio 021/2000, novo convênio que foi feito. Valor total da obra, mais 14 milhões; valor repassado, 7 milhões, 618. Por quanto foi executada a obra? Trinta e cinco por cento, informada pelo gestor. Certo? A obra teve início em 1996, passou um longo período paralisada, e com a Decisão nº 401/2000, determinou uma renegociação de dívida do valor da obra. Foi retomado. Isso, o Ministério da Justiça, em ritmo lento. Inclusive, estamos encaminhando solicitação ao Governo do Estado para a agilização na execução dos trabalhos. Isso, recebi no dia 5 de setembro de 2001. E tem outras coisas que o senhor não vai poder responder, porque o senhor não era parte da época. Mas eu gostaria de dizer para o senhor o seguinte: quanto tempo, hoje, o Ministério, com o problema de (*ininteligível*) financeiros dessa obra? Quanto tempo vai encerrar essa obra?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – A previsão de encerramento, repito, a resposta que já dei inúmeras vezes, é para fevereiro. E quando nós fomos cobrados do Ministério da Justiça sobre eventuais diminuições da redução do ritmo de obra, nós nunca titubeamos. Inclusive, há uma multa contratual contra a empresa, para esses casos, e nós sempre deixamos bem claro que a multa seria aplicada caso não fosse retomado o ritmo normal da obra. E o efeito provocado nisso foi a retomada do ritmo normal da obra. Ou seja, esse documento que o senhor tem, nós também fomos cobrados no Ministério da Justiça. E,



automaticamente, nós fizemos a enérgica cobrança à empresa, para que mantivesse o ritmo das obras.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso, agora, esse mês?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Sim, exatamente, ao longo... Isso, todos os meses. Sempre... a Secretaria está sempre cobrando que a empresa mantenha as obras em ritmo acelerado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Por que essa empresa está diminuindo...? Toda hora, todo mês tem que cobrar, o Ministério da Justiça tem que cobrar, o Tribunal tem que cobrar, o senhor tem que cobrar? Ela não é competente para construir uma obra desse tamanho? Ela não tem capacidade para construir uma obra desse tamanho?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu acho que essa questão tem a ver com a normalidade dos fatos da vida. Eu, toda vez que fiz obras na minha casa, se eu não tivesse cobrando do pessoal, a obra não tinha terminado até agora. Seria mais uma obra inacabada, a última que eu fiz, no ano passado, na minha casa, cuja previsão era para trinta dias, e demorou 120. Então, a cobrança faz parte da administração pública. Você tem que cobrar dos seus funcionários, tem que cobrar das empreiteiras. E não é o único caso. Eu tive dois casos de reforma em presídio que a empresa abandonou a obra, não suportou a minha cobrança e abandonou a obra. Eu tive que chamar a colocada anterior. Portanto, infelizmente, faz parte da normalidade da administração pública.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Paulo, é bem diferente. Quando eu estou administrando uma obra na minha casa, quando tenho dinheiro, ponho muita gente. Quando não tenho, diminuo. Se eu não estiver pagando, não tem material, a obra fica parada. Eu gostaria que o senhor respondesse para mim: a





obra pública, a empreiteira, ela quer acabar rápido. Só se o reajuste dela for bom, ela vai enrolar a obra. Ou, pelo contrário, ela quer terminar logo para receber. Então, está atrasado o pagamento para ela, para não retomar?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Não está atrasado o pagamento. É justamente por isso é feita a cobrança. Não está atrasado o pagamento. A obra, por razões de natureza operacional, que vão ter que ser indagadas à empresa, tem alguns picos. De repente, esse pico... talvez a empresa tenha outras obras, desvia funcionário para um pouco mais das outras obras, e nós cobramos para que retornem. E a obra, como eu respondi já a questão, hoje, no momento, o ritmo de andamento da obra é normal, e nós temos a obrigação, e a empresa tem a obrigação de concluí-la em fevereiro de 2002.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Bom, Dr. Paulo, o senhor conhece bem a obra, não é? A obra de São Pedro de Alcântara, o senhor a conhece bem?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Conheço.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor esteve há poucos dias na obra?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu recebo informes fotográficos; eu não tenho tempo para ir todo dia à obra.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Certo. Eu estive na obra, então gostaria de fazer uma pergunta para o senhor. Na hora em que estivemos na obra, fazendo uma visita, eles estavam trabalhando só na parte administrativa lá de fora. Com pouca gente trabalhando, o senhor vê que o resultado era pouco, e, na parte do presídio em si, só estavam os bate-estacas, os pisos e os muros — estavam retomando devagar, lentamente os muros, que são de sistema pré-moldados. Hoje,



eles estão trabalhando na parte administrativa ainda ou na parte do presídio em si mesmo?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Estão trabalhando em toda a obra, na parte prisional também.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Hoje está faltando quanto: 30% para terminar a obra?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – O senhor mesmo colocou que 35%. Acredito que já tenha avançado mais uns 5%. Como eu já respondi à questão: boa parte da obra está sendo feita fora, está sendo usado o concreto pré-moldado. O concreto pré-moldado é feito na sua fábrica e depois é transportado em caminhões, e ele é encaixado. Portanto, no momento em que o concreto pré-moldado estiver pronto, em uma semana a obra vai ter um avanço gigantesco. Então, julgar... A obra está parada, mas têm vários componentes da obra que estão sendo executados não no canteiro de obras.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Certo. Mas deixe eu só fazer mais uma pergunta...

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Embora eu não seja engenheiro para responder a essa questão.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É, eu também não sou engenheiro. Eu não sou engenheiro, mas é muito difícil me passarem para trás. *(Pausa.)* O reajuste dessa obra não é um reajuste. É claro que o valor dessa obra foi em 94. Então tem um índice, a correção. Ele vem feito por onde? Sistema Getúlio Vargas...? Em que sistema que está sendo feita a correção?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Fundação Getúlio Vargas, na forma do edital.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O projeto teve um probleminha, a adequação do projeto agora. O próprio Ministério, o próprio Tribunal... Ficou de vocês retornarem com novo cálculo dessa documentação. Já foi encaminhada ao Tribunal e ao próprio Ministério da Justiça?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – A questão foi de modernização do contrato. Volto ao exemplo do concreto pré-moldado: o concreto pré-moldado tem mais segurança porque ele é feito em condições de temperatura, condições técnicas de avaliação muito melhores do que o concreto usinado, que é aquele que é despejado em condições de umidade e de adversidade climática. Portanto essa — digamos — modificação foi submetida, está sendo submetida tanto ao Tribunal de Contas, quanto a todos os demais órgãos, e o compromisso nosso e o compromisso da empresa é que eu não vou aceitar nada que envolva aumento do valor do contrato. Ou seja, modernização, sim, mas sem aumento do valor do contrato; mais segurança, sim, mas sem pensar em reajuste do valor do contrato. Obviamente que a questão da correção monetária, que também está prevista no edital... Aliás — e respondendo a todas as questões —, aquilo que está no edital está no mundo e será cumprido; o que não está no edital não será cumprido.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É, o edital também recebe coisa imoral, como também recebe coisa... Muitos editais que eu tenho visto aqui que têm coisas imorais. Então, não é o edital que vai trazer o processo. Eu acho que nós estamos discutindo aqui moralmente. Então, deixa eu só dizer para o senhor: as orientações que foram feitas... Olha só... Quero só dizer para o senhor que sejam regularizadas, num prazo menor possível, revisões de projetos, planilha de custo... Já houve segunda planilha de custo. Já foi feita uma revisão, e agora outra revisão, planilha de custo e cronograma físico-financeiro de forma a lhe dar transparência...



Lhe dar transparência. Aí nós estamos discutindo moralmente. Então... E transparência para possibilitar o controle efetivo da obra. Eu só quero dizer para o senhor: o senhor começou... É difícil, na metade de um mandato, pegar aí uma obra, pegar uma coisa encaminhada e o senhor implantar, não é? O senhor está tendo dificuldade. Na realidade eu quero perguntar para o senhor: o senhor está tendo dificuldade com essa obra. Essa é a realidade?

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – O senhor já respondeu à pergunta. Sim, tive dificuldades e superei essas dificuldades, não é?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas está tendo, ainda.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Respondendo à questão no sentido de que o ritmo das obras está normal, com cobrança — com cobrança —, eu acho que respondo à sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Tudo bem.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Eu tive muitas dificuldades, e essas dificuldades já foram indagadas por cada um dos nobres Deputados, e já demonstrei a maneira como essas dificuldades foram superadas. Foram superadas, e, agora, nós deveremos, entre dezembro e fevereiro do ano de 2002, ter a obra concluída e entregue para prestar o relevante serviço que vai prestar à comunidade.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Olha o que a Secretaria do senhor informou a esta Comissão, que a esteve visitando agora. Essa fiscalização constatou que a planilha de custos que vem sendo utilizada para a elaboração das medições, efetivações do pagamento — medição e efetivação de pagamento — tem seus preços unitários e índice de reajuste reportados em junho de 94, diferentemente da determinação do TCU — diferente do que o TCU determinou —, em janeiro de 2000. O que o TCU determinou em janeiro de 2000. Além disso têm



ocorrido termos aditivos com acréscimo de valor em acerto de quantitativo de obras, devido a incorreções ou revisões de projeto não formalizadas no processo, porém efetivamente executada — foi executada, mas não está no projeto nem no contrato — a obra. Além disso, por informação daquela Secretaria de Estado, não são todas essas licitações citadas que deverão ser regularizadas. Não todas, não só todas deverão ser regularizadas junto ao TCU e ao DEPEN, como deverá ser executado novo cronograma físico-financeiro, por etapas, e de forma a facilitar as medições. Então, a Secretaria do senhor informou que vai regularizar toda a situação que está havendo agora, depois de janeiro de 2000 para cá, junto ao TCU e junto ao DEPEN. Os próprios técnicos do senhor concordando que está havendo problema na obra e também as medições, problema também físico-financeiro por etapa, e está pedindo para regulamentar toda a situação. Bom, depois que a Secretaria do senhor assumiu esse compromisso, a própria Secretaria de Controle está propondo uma negociação entre a Secretaria de Justiça, DEPEN e TCU. Propondo agora uma negociação, para que possa atingir o resultado transparente e controlado. Porque até então, Dr. Paulo, os próprios técnicos do senhor concordaram que está descontrolada a situação e não está havendo controle com a empreiteira da obra. Eu quero só dizer para o senhor, já que o senhor me respondeu que a obra está (*ininteligível*), mas que está havendo problemas na obra, está. Espero que esta Comissão possa ajudar o povo de Santa Catarina, e até o próprio Governo, que nos recebeu muito bem, a resolver entre essa empreiteira, entre a Secretaria e entre o TCU, para que possa gerar vaga o mais rápido possível para os presos. Porque o meu medo, Dr. Paulo... O relatório é grande, eu estou aqui com diversos relatórios... Meu medo é a obra ficar paralisada de novo, se não for cumprido tudo o que foi colocado agora pela Secretaria de Controle Nacional. Ela ficar parada, às vezes não por competência dos



seus técnicos, nada, às vezes por alguma incompetência da construtora, não cumprir..., ou alguém atrapalhar essa obra, parar, e voltar a ser uma obra paralisada de novo. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de agradecer ao Dr. Paulo pelas respostas, mesmo. Vou fazer um requerimento pedindo informação mais concreta ao Dr. Paulo, para que ele possa nos responder, com documentação, para que o senhor possa encaminhar para nós podermos analisar melhor. Não vou fazer avaliação sem poder pegar os documentos em mãos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Agradecemos a participação do Deputado Norberto — foi o último inscrito — e indagamos aos nobres Srs. Parlamentares se há alguma indagação ainda, alguma formulação a ser feita ao Secretário de Justiça e Cidadania de Santa Catarina. Não havendo, Secretário, colocamos ainda à sua disposição, se tiver algum esclarecimento, alguma comunicação a fazer ainda acerca dos questionamentos, para depois podermos liberá-lo então e dar continuidade, ouvindo as demais pessoas que estão aqui para este fim.

**O SR. PAULO CÉZAR RAMOS DE OLIVEIRA** – Só agradecer a oportunidade de poder prestar esclarecimentos aos representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional, nesta CPI, e dizer que a nossa disposição sempre foi de que, aliado ao fato de que há um déficit prisional gravíssimo no Estado de Santa Catarina, que nós pudéssemos também resolver a questão ambiental, porque, como eu disse, houve um deslocamento de terra gigantesco, um vale foi coberto de terras, e o abandono desse projeto certamente acabaria com o rio e com um Município da região. Portanto, a questão ambiental, a questão da necessidade de vaga no sistema prisional, e a terceira e mais importante questão era que o dinheiro público fosse bem aplicado. E, em função disso, eu acho que todos esses critérios



foram atendidos, e nós estamos cumprindo religiosamente a decisão do Tribunal de Contas da União, para que nós possamos, com valores razoáveis, com valores contratuais justos e legais, possamos concluir essa obra, disponibilizar as 916 vagas de que Santa Catarina tanto precisa, principalmente na região da grande Florianópolis. Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Nós gostaríamos de, em nome da Comissão, agradecer também a participação de V.Exa., que trouxe esclarecimentos. E este Parlamentar aqui, de maneira especial, excluindo agora sua condição de “no exercício da Presidência”, mas como Parlamentar catarinense, de reafirmar o entendimento que tinha de que a presença de V.Exa., como também da empresa construtora, haverão de trazer, essas presenças trarão esclarecimentos necessários para dirimir qualquer dúvida e para que a Comissão tenha cumprido seu papel não só quanto à visita, mas — reafirmo ao Sr. Secretário, como também aos Parlamentares — dando inclusive acolhida à insistente sugestão do Sr. Governador Esperidião Amin de que fosse feita fiscalização nessa obra. Secretário, agradecemos a sua presença, e... é possível que de V.Exa. sejam solicitados alguns esclarecimentos, alguns documentos, alguns comprovantes, mas lhe será, evidentemente, concedido um prazo ao menos razoável para que a sua Secretaria possa cumprir com os pedidos desta Comissão. Nada mais havendo, queríamos uma vez mais agradecer a sua presença, deixá-lo bem à vontade para, sendo da sua decisão, possa deixar o recinto e encaminhar-se de retorno a Florianópolis ou onde quiser ir, Secretário. Obrigado uma vez mais. Gostaríamos de solicitar então para assumisse a cadeira aqui à mesa o senhor representante legal da Construtora...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Pela ordem, Deputado Norberto...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Norberto Teixeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Pois não, Deputado Norberto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Nós ficamos de, primeiro, terminar o depoimento do Dr. Paulo para ouvir a palavra do grande homem, Dr. Rafael, do Tribunal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Perdoem-me, Srs. Deputados, também o Sr. Presidente do Tribunal de Contas, não é, foi feito este acerto. Então, pedindo ao representante da construtora, que já se encontra presente, Dr. Paulo Ney Almeida, para nos conceder mais um tempinho. Tenha paciência: daqui a pouco ouviremos o senhor. Mas, neste momento então, cumprimos com o que acordamos e concordamos: na verdade ouvir o nosso Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, que honra muito esta Comissão com a sua presença e as informações que nos traz. Com a palavra o Presidente do Tribunal de Contas do Estado...

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Tenha a bondade, Deputado. Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Só um esclarecimento: eu gostaria de saber se a presença... Tenho notado, nas últimas reuniões, a ausência do Relator. Há alguma tarefa do Relator fora da Comissão, da CPI? O que está acontecendo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Confesso a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – O Relator... Eu acho importante que ele acompanhe, principalmente esses depoimentos, não é?





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Matos) – Sem dúvida nenhuma, nobre Deputado. Confesso-lhe ignorância nesse assunto para poder responder prontamente a V.Exa., mas conduziremos ao Presidente Damião a consulta de V.Exa.. Mas gostaria de informá-lo de que todos os depoimentos estão gravados em fitas, que serão entregues ou colocadas à disposição do Sr. Relator, ou dos Relatores-Adjuntos ou Sub-Relatores que haverão de ser constituídos para as diversas áreas. Mas informo que não tenho condições de responder a essa questão específica levantada por V.Exa. Presidente do nosso Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a palavra está com V.Exa. para sua explanação.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Eu acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que da minha parte eu não teria muito mais a acrescentar, pelo menos inicialmente, a não ser que haja alguma pergunta. Mas eu só queria deixar bem claro o seguinte: essas sessenta obras que nós levantamos — eu não diria que por caso, mas sem que fôssemos procurar, porque, como eu disse, o levantamento era sobre o que está sob nossa competência, que é o Estado do Paraná —, essas sessenta obras do Governo Federal, é preciso deixar bem claro que não há, por hora, nenhum motivo para nós acharmos que são sessenta obras absolutamente com ilegalidades ou com irregularidades. Isso é um assunto que só poderá ser levantado pela auditoria que, com certeza, será feita pelo Tribunal de Contas da União, sob o comando do Ministro Humberto Souto. Quer dizer, é uma área que não nos diz respeito. É um trabalho de colaboração, como é o trabalho que trazemos, também a pedido do Presidente Damião, à Comissão, à CPI das Obras Inacabadas, aqui, do Congresso. A CPI é que poderá aprofundar... E se amanhã quiser até um auxílio de algum técnico do próprio Tribunal de Contas do Paraná, com o maior prazer nós concederemos, porque eu acho que não existe documento secreto quando envolve



dinheiro público e não existe documento secreto quando há atuação de homem público. Quer dizer, embora não seja da área do Paraná, foi um trabalho levantado pela equipe do Paraná e que será, com certeza, apurado agora pelos órgãos competentes da área federal. Outro ponto: é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma ou outra obra — e parece que é o caso de uma — que, no momento em que a Comissão — e isso está claro no relatório —, no momento em que a Comissão foi ao campo, ela estava paralisada, mas até por um alerta da imprensa, alguma obra já foi retomada. Isso está acontecendo no Governo do Paraná e está acontecendo, pelo que sabemos, também no Governo Federal. Eu dou um exemplo: o contorno leste de Curitiba, que é uma obra do DNER, está lá paralisado, completamente paralisado. E hoje eu posso assegurar a V.Exa. que foi retomada — não saberia dizer, Deputado, se com a velocidade sobre que V.Exa. estava perguntando ao nosso companheiro de Santa Catarina, mas, com certeza, com a velocidade que levará ao término da obra — o fato é que não podia continuar. Já o caso daquela famosa rodovia, Dr. Rubens Bueno, da Boiadeira, que é um negócio histórico em termos do Paraná, 487 — não é isso? —, que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, é uma obra complicada, Sr. Presidente. Ela começou, há muitos anos atrás, com uma licitação do Governo Estadual. O Governo Estadual iniciou a obra com dinheiro do Governo Federal, o Governo Federal acabou suspendendo o repasse de obra, a obra ficou paralisada, os contratos caducaram, acabaram voltando, todo o serviço acabou voltando para o Governo Federal, e o Governo Federal refez a licitação, a obra recomeçou e parou de novo. Quer dizer, isso está acontecendo e isso são dados que eu acho que constituirão motivo de uma análise mais apurada da Comissão de V.Exa. Então, eu acho que da minha parte, Sr. Presidente, eu não teria nada mais a acrescentar, a não ser a honra de ter



recebido este convite, de aqui ter estado, de conviver com esta Comissão, que eu já tinha conhecido em Curitiba, como eu disse no início, que marcou a sua passagem pelo Paraná e que está marcando pelo trabalho porque é por aqui que nós podemos, combatendo o desperdício, chegar ao combate à corrupção. Acho que é um trabalho de todos nós. É um trabalho da sociedade, da sociedade que vive hoje num sistema democrático, moderno, diferente, de um povo que não se limita apenas a escolher os seus governantes, mas que exige a implantação de um tipo de governo que ele escolhe quando elege seus governantes e de uma consciência que V.Exas. do Congresso Nacional deram à Nação quando aprovaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, introduzindo o controle social e fazendo crer na sociedade brasileira — e em particular eu falo pelo Paraná — que o direito do cidadão não se esgota com a colocação do voto na urna, mas que a legitimidade do cidadão se esgota com o acompanhamento e a fiscalização direta ou através de seus representantes. Foi uma honra, realmente, estar aqui e, se for o caso, estou à disposição.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Borba.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Sr. Presidente, nobres companheiros e Deputados, para nós paranaenses é uma alegria muito grande receber aqui o Dr. Rafael, Presidente do Tribunal de Contas do nosso Estado, um órgão tão importante, tão competente, onde reside a fé, a confiança e a esperança do nosso povo paranaense e que, hoje, tendo o senhor à frente reforça mais ainda. Então, repito, as nossas boas-vindas. O senhor está prestando um serviço à sociedade paranaense, aos nossos paranaenses, está prestando um serviço à Nação e, na



condição de Parlamentar, e com a missão recebida dos companheiros de coordenar a bancada paranaense, eu aproveito já para requerer da Mesa uma cópia de cada documento desse recebido para fazer chegar às mãos não só de nós que estamos aqui, o Rubens e o Dr. Márcio, mas também dos outros 27 Deputados e os 3 Senadores. Distribuído em todo o Estado, certamente nós haveremos de dar uma contribuição ou também já poder ir sanando. Como o senhor bem disse, esse levantamento não determina que essas obras estejam totalmente paralisadas, mas determina que nos dê uma luz, que nós tenhamos condições de, de perto, ver e também, através da imprensa, devolver informações e esclarecimentos. E, como o senhor bem disse, só o fato do prenúncio já houve a retomada e, da ação conjunta, com certeza, a conclusão. Então, as nossas boas-vindas, nossos agradecimentos e conte com esta bancada, a bancada coesa, a bancada paranaense. Quando o interesse é Paraná, eu tenho dito que do PT ao PSDB todos se juntam, todos trabalham de forma a defender os interesses e os direitos do nosso Estado. Muito obrigado.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Eu só queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois, não. Com a palavra o Dr. Rafael.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Só quero dizer, Deputado, em primeiro lugar, muito obrigado e, partindo de V.Exa., é uma alegria muito grande o reconhecimento pelo trabalho que o Tribunal de Contas do Paraná está tentando realizar em favor da sociedade. Só dizer a V.Exa. que, na semana que vem — é isso Dr. Pedro? —, estará no site do Tribunal de Contas todo o relatório. Agora, se V.Exa. quiser, com o maior prazer, eu também posso encaminhar. É um direito de qualquer Parlamentar e



muito mais de um representante do Estado do Paraná, em se tratando de um levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Paraná.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Eu já diria que a tarefa do Dr. Rafael já está à altura da nossa vontade e do desejo. Após passada à mesa, a Mesa da Comissão certamente se encarregará de fazer as cópias e passar às mãos.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – É verdade, só que eu queria deixar, para não acusar depois o Presidente Damião, é o que estou entregando para ele só é a parte do Governo Federal. Se V.Exa. tiver interesse na parte do Governo Estadual e, com certeza, o tem, estará no **site** e eu posso fazer chegar às mãos de V.Exa., porque eu acho que seria indelicado nós discutirmos o problema do Paraná no âmbito federal, como seria indelicado discutir o problema federal no âmbito do Paraná. Agora, V.Exa., como representante do povo paranaense, terá o relatório a hora que quiser.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** - Sem dúvida, contribuirá e muito. Contudo eu entendo também que, no que couber às obras do Paraná e do Governo do Paraná, dentro de um tratamento hierárquico, certamente nós temos lá 54 Deputados Estaduais que, com certeza, terão a mesma disposição que tem a bancada federal e, lógico, chegando às nossas mãos novos conhecimentos serão para fim de esclarecimento, e a atuação, com certeza, a bancada paranaense, a Assembléia Legislativa dará essa seqüência, quero crer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a presença do Dr. Rafael Iatauro, como nós aqui nos pronunciamos anteriormente, só nos orgulha muito enquanto paranaenses. Sabemos do trabalho do Tribunal de



Contas do Estado do Paraná, sabemos da alta capacidade técnica dos profissionais do Tribunal de Contas do Paraná, e isso é do reconhecimento de todos que o Dr. Pedro, Dr. Duílio e o Dr. Agileu, aqui presentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, como convidados especiais desta tarde... Mas eu só gostaria de fazer uma pergunta — e aqui encerro a minha participação — porque eu, na época, era Prefeito de Campo Mourão, quando...

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Aliás, teve todas as contas aprovadas.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Muito obrigado. Quando nós recebemos esse Diário do Senado Federal, que é de 23 de novembro de 1995, quando o Senado concluiu um relatório sobre também obras inacabadas em todo País. E no Paraná foram elencadas nesse inventário 160 obras. Das 160, foram destacadas como obras prioritárias que deveriam imediatamente ser retomadas o caso das obras do Anel Viário de Campo Mourão, até hoje não concluída, porque é uma obra federal, e que foi privatizada aquela rodovia e privatizada, agora a empresa que assumiu é que está concluindo a obra. A outra ponte rodoviária sobre o Rio Paraná, em Porto Camargo. Concluída a obra de alvenaria e até hoje o acesso a essa obra, ou seja, o conjunto da obra também não foi concluído. A ponte sobre o Rio Paraná, que é a ponte de Guaíra, que foi inaugurada, mas é bom destacar que a Rodovia que liga Umuarama até Guaíra em péssimas condições, ou seja, o conjunto da obra também não diz respeito à qualidade e às condições que deveriam estar aquela importante rodovia do Estado do Paraná. E a famosa Boiadeira, como o Presidente acabou de se pronunciar. Esta obra vai completar 50 anos, no ano que vem, do início de sua obra que é um trecho de 70 quilômetros ligando Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, que é exatamente o conjunto dessas obras sobre essas duas pontes, sobre Guaíra e Porto Camargo. Então, veja a importância



dessas obras e os anos, não é? Quando se paralisa uma obra, se retira um canteiro de obras, se demite operários, se reconduz esse canteiro de obras, quanto custa, a quantas andam essas obras. Então, gostaria de perguntar ao Presidente, com relação a esse inventário, se é que o Presidente tem conhecimento, se essas 160 obras aqui elencadas e mais essas que eu acabei de citar, se efetivamente o andamento foi dado, a conclusão. Enfim, o que V.Exa. tem de conhecimento sobre esse relatório e o resultado atualizado desse trabalho que o Tribunal de Contas tão brilhantemente fez no Paraná.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Meu caro Deputado Rubens Bueno, V.Exa., em sessenta e sessenta e uma, se eu não me engano, obras?

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Isso.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Isso eram obras federais?

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Sim, obras federais.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – O que nós levantamos agora chegam a 60. Eu não sei se... Claro que o nosso trabalho pode conter alguma falha, não é?, porque o levantamento foi feito através de dados que nós pedimos aos Prefeitos, aos Vereadores, às instituições locais. Abrimos o site do Tribunal de Contas para que a população também se manifestasse e, depois, corremos o Estado e fizemos aquilo que internacionalmente é aceito em auditoria, a amostragem. Em termos de obras do Paraná, nós visitamos 132 Municípios. Em termos das sessenta obras levantadas do Governo Federal, nós visitamos vinte e seis...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. RAFAEL IATAURO** - Vinte e cinco obras.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. RAFAEL IATAURO** - Entramos?



---

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. RAFAEL IATAURO** - Então, pelos dados que nós temos hoje, elas são sessenta. Eu até li, domingo, uma entrevista do ilustre Deputado, aliás, Senador de Santa Catarina, Maldaner, que teria sido o Relator...

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – Relator.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – ... e ele fala nessas cento e sessenta e uma. Mas realmente nós, no momento, só encontramos sessentas e outras, como V.Exa. já explicou, algumas, já até já foram privatizadas. Mas sobre ponte, eu só quero trazer uma curiosidade. Nós encontramos uma ponte lá — isto já está citado na imprensa nacionalmente — que começou a ser construída a cinqüenta metros do rio. Então, diz a engenharia que isso é possível, porque às vezes pega o rio e transporta para lá. Mas a cinqüenta metros? É um negócio meio... Além — o engenheiro que era o Presidente da Comissão ainda me faz... — do problema da altura, que não tem o que passar por ali e a obra está inacabada. Agora, o rio não está ali, está longe. Eu acredito... Eu ouvi muito hoje “eu não sou engenheiro”, “eu sou engenheiro”, eu também não sou, mas eu acredito que dois, três metros dão, ou dez, mas cinqüenta? É um negócio meio difícil.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** – É que a abundância de água no mundo é muito grande e ele está projetando para o futuro, quem sabe, um novo rio embaixo dessa ponte.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – É. E uma das outras obras que é mencionada também nesse relatório, Deputado Rubens Bueno, que já foi retomada, é o Linhão de Furnas. Essa já foi retomada também. E há no centro de Curitiba uma obra, no centro — V.Exa. e o Deputados Matos e Borba conhecem bem — de Curitiba...

*(Intervenção ininteligível.)*





**O SR. RAFAEL IATAURO** – Não, a do Banco Central, paralisada, um prédio do Banco Central, no centro de Curitiba, quase defronte ao Palácio do Governo. Quer dizer, isso tudo é um trabalho que, com certeza, a CPI vai levantar e o TCU vai levantar. Como eu disse desde o início, não estou dizendo que há irregularidade. Estou lhes dizendo que não há justificativa para essas obras estarem paradas. E há muita obra do Governo Federal também que está sendo mal aproveitada, construída com uma finalidade, com um dinheiro às vezes carimbado, escolas, por exemplo, que estão sendo usadas com outra finalidade. Isso também é uma irregularidade que pode ser assunto da própria CPI.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - De minha parte, estou satisfeito e mais uma vez agradeço a presença ao Presidente Rafael Iatauro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** – Sr. Presidente, é com satisfação que a gente encontra aqui esta figura que tanto bem representa o Paraná.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** – Eu realmente sou testemunha do trabalho do Tribunal de Contas do Paraná e o tempo que o senhor esteve à frente, voltou agora. Desde a época como Vereador tenho acompanhado muito bem o seu trabalho e venho parabenizá-lo por isso. Só tenho uma curiosidade e queria fazer uma pergunta. Fora das obras inacabadas, nós temos uma lei, a Lei Haully, que determina a implantação de **home page** de todos os Municípios do Brasil. Eu queria fazer esta pergunta: quantos Municípios do Paraná têm essa **home page** e, realmente, essa **home page** está sendo alimentada como determina a lei?

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Eu não entendi. Eu lamento.



**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** – A Lei Haully foi promulgada em 98, determina que todos os Municípios do Brasil tenham **home page** implantada pelo Tribunal de Contas da União, mas com o apoio do Tribunal de Contas dos Estados. E eu fiz um levantamento: dos 5 mil e tantos Municípios do Brasil, nós tínhamos um percentual mínimo, sabe, que teria formado essa **home page** e a maioria nem alimentava. Eu queria saber como se encontra a situação no nosso Estado?

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Entendi, Deputado. O ouvido não estava bom, talvez seja a idade. Mas veja bem, vou responder da seguinte forma a V.Exa. e vou aproveitar para fazer mais um comercial nosso lá: o Tribunal de Contas do Paraná, não digo que foi o primeiro, mas foi um dos primeiros a lançar o sistema de disquete, via Internet, da prestação de contas da gestão fiscal dos Municípios. Nós temos 399 Municípios, e todos eles deverão fazer a prestação daqueles relatórios quadrimestrais, bimestrais e alguns semestrais, através da Internet ou através do disquete. E quando lançamos — e lançamos há 3 meses atrás isso —, ficamos preocupados porque achávamos que a maioria dos Municípios do Paraná não seria receptiva, por falta de condições técnicas. Eu posso afirmar a V.Exa. e à Casa que só cinco Municípios não nos atenderam, o que demonstra que essa **home page**, que V.Exa. tão bem pergunta... A presunção que eu tenho é que hoje esteja pelo menos em trezentos e noventa e quatro dos trezentos e noventa e nove.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, queria agradecer a presença ao Dr. Rafael Iatauro. Antes de entrar aqui, dei uma entrevista para a **TV Câmara** e a **Rádio Câmara**, com as jornalistas, e fiz referência ao trabalho de V.Exa. Eu, inclusive, para que todo o Brasil tomasse conhecimento exatamente do nosso trabalho, eu disse que o seu exemplo deveria ser tomado pelos outros e, como médico, também falo na questão da prevenção. O senhor adiantou-se à



questão e fez um diagnóstico mais preciso para que as condutas fossem tomadas mais rapidamente. Parabéns, Presidente. Continue tendo, inclusive, se necessário for, o apoio desta Casa no trabalho que V.Exa. executa tão bem.

**O SR. RAFAEL IATAURO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Dando continuidade...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Solicito inversão de pauta para podermos aprovar os requerimentos agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Queria consultar o Plenário em relação a essa inversão de pauta. Quem aprova permaneça...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Só para uma questão de ordem, eu até... Sem querer contrariar o nobre Deputado Norberto, pergunto o seguinte: nós convidamos ou convocamos pessoas que vieram de outros Estados, do meu Estado, essa inversão da pauta, Deputado Norberto, não comprometeria o retorno dessas pessoas, mesmo no último voo à noite? Eu não sei — eu também quero olhar esse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - É rápido?

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - É rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, então...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - É que é tão importante a participação do nosso Deputado João Matos na aprovação dos requerimentos, que é rápido, acho que é bem rápido.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Gostei.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Ninguém vai justificar nenhum... Eu acho que é importante aprovar agora para nós começarmos e continuarmos. E vamos varar a noite, se for necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois é, então vamos colocar em votação. Os Deputados que aprovam a inversão da pauta permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovada. Deveria pedir licença aos convidados e vamos fazer a inversão da pauta. Ela deve ser relativamente rápida. Requerimento nº 99, do Deputado Magno Malta e outros, que “solicita a convocação de todos os responsáveis legais por empreendimentos não concluídos, beneficiados com recursos repassados pela Superintendência e Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, nos últimos 10 anos, bem como dos servidores públicos e demais envolvidos em desvios dos recursos desses órgãos”. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Magno Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sr. Presidente, os colegas pediriam para... Houve clareza no meu requerimento, porque acham que o grande volume de obras inacabadas deste País e de verbas desperdiçadas estão na SUDAM e na SUDENE. É a razão do meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar a palavra, coloco em votação o Requerimento 99. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. A Deputada Tânia



Soares requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União as informações que especifica. Para encaminhar, passo a palavra à Deputada Tânia Soares.

**A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES** – No mesmo sentido, como estamos invertendo a pauta e temos um tempo pequeno, eu acho que esse requerimento é passível de aprovação sem maiores informações, porque já aprovamos requerimento semelhante, só mudamos a destinação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar da palavra, em votação o Requerimento nº 151. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 152, do Deputado João Coser e outros. Solicitam à Construtora Gautama Ltda. o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados à obra de construção e recuperação de obra de infraestrutura hídrica, duplicação da Adutora do São Francisco no Estado de Sergipe. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 153, do Deputado João Coser e outros. Solicitam ao Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional, Sr. Pedro Augusto Sanguinetti, o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados à obra de construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica, duplicação da Adutora do São Francisco no Estado de Sergipe. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 154/01, do Deputado João Coser e outros. Solicitam ao Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional, Sr. Pedro Augusto Sanguinetti, o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos



relacionados à obra de construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, construção de Barragem do Rio Vaza-Barris, no Estado do Sergipe. Não havendo quem queira usar da palavra, eu o coloco em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 155/01, do Deputado Norberto Teixeira. Solicita seja convocado o engenheiro chefe do DNER do Paraná, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra da Rodovia BR 487, Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, Paraná, conhecida como Rodovia Boiadeira. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco-o em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 156/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre as obras da Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá, Paraná, da Penitenciária de Piraquara, Paraná, e Colônia Penal Agrícola de Tamarana, antigo distrito de Londrina, Paraná. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco-o em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Do Deputado Norberto Teixeira, Requerimento nº 157. Solicita convocação do diretor administrativo e financeiro da Construtora Momento Engenharia Ltda., a fim de prestar esclarecimento sobre a obra Rodovia BR 487, Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, Paraná, conhecida como Rodovia Boiadeira. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 158, do Deputado Norberto Teixeira. Solicita seja convocado o diretor da Construtora Brasileira e Mineradora Ltda., a fim de prestar esclarecimentos sobre a Rodovia BR 487, Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, Paraná, conhecida como Rodovia Boiadeira. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam



permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 159, do Deputado Norberto Teixeira. Requer do Diretor-Geral do DNER todas as informações disponíveis sobre a BR 163, Mato Grosso, Santa Helena, divisa Mato Grosso/Pará, no Mato Grosso, trecho Município Peixoto de Azevedo, e BR 070, no Mato Grosso, Cáceres, fronteira com Bolívia. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 160/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer do Presidente do CODEVASF todas as informações disponíveis sobre a construção de infra-estrutura, irrigação de uso comum no Sergipe, Contrato nº 55/94, Construtora Norberto Odebrecht. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 161/01, do Deputado Norberto Teixeira, que requer do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça todas as informações disponíveis sobre as obras da Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá, Paraná, Penitenciária de Piraquara, Paraná, e Colônia Penal Agrícola de Tamarana, antigo Distrito de Londrina, Paraná. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 162/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná todas as informações disponíveis sobre as obras da Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá, Paraná, Penitenciária de Piraquara, Paraná, e Colônia Penal Agrícola de Tamarana, antigo Distrito de Londrina, Paraná. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 163, do



Deputado Norberto Teixeira. Requer do Prefeito do Município de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, o encaminhamento de todas as informações disponíveis sobre a construção da Escola Técnica Federal — convênio com o Ministério de Educação e Prefeitura na Administração do ex-Prefeito José Tasso de Oliveira Andrade. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. Requerimento nº 164, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da Centrais Elétricas S.A. — FURNAS o encaminhamento de todas as informações disponíveis sobre a construção de usinas, subestações, rede de distribuição e outras. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. Requerimento nº 165, do Deputado Regis Cavalcante. Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito de Obras Inacabadas sejam investigadas as obras da adutora do Pão de Açúcar/ Olho D'Água das Flores, Alagoas. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. Requerimento nº 166, do Deputado Augusto Nardes, que solicita ao Secretário-Executivo do Ministério de Integração Nacional, Sr. Pedro Augusto Sanguinetti, o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados à obra de construção de obras de infraestrutura de irrigação de uso comum do Projeto Jacarecica, no Estado de Sergipe. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. Requerimento nº 167, do Deputado Augusto Nardes. Solicita ao Secretário de Integração Nacional, Sr. Pedro Augusto Sanguinetti Ferreira, o envio de cópia do





contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados à obra de emancipação de perímetros de irrigação, perímetro de irrigação betume, no Estado do Sergipe. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 168, do Deputado Augusto Nardes. Solicita à Construtora Roberto Odebrecht S.A. o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados à obra de construção de obra de infra-estrutura de irrigação de uso comum do Projeto Jacarecica, no Estado do Sergipe. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 169, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informação do Diretor-Geral do DNOCS sobre a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica — Barragem Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 170/01, do Deputado Norberto Teixeira, que requer informação do Diretor-Geral do DNOCS sobre a construção e recuperação de obra de infra-estrutura hídrica de Barragem Castanhão, no Ceará. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado, já que não tem quem queira usar da palavra. Requerimento nº 171, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informação ao Diretor Geral do DNOCS sobre a construção e recuperação das obras de infra-estrutura hídrica de Barragens de Cachoeira, Ingazeira e Belo Jardim, em Pernambuco. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 172, do



Deputado Norberto Teixeira. Requer informação do Diretor-Geral do DNOCS sobre a construção e recuperação das obras de infra-estrutura de irrigação do uso comum do perímetro Araras Norte, no Ceará. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 173. O Deputado Norberto Teixeira requer do Presidente da INFRAERO todas as informações disponíveis sobre o Aeroporto Internacional de Recife, Pernambuco. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 174, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da INFRAERO todas as informações disponíveis sobre as obras de construções de aeroportos e hangares. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 175, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da INFRAERO todas as informações disponíveis sobre o Aeroporto Internacional de Salvador, Bahia. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 176, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da Fundação Nacional do Índio — FUNAI todas as informações disponíveis sobre a construção do Hospital do Índio em Sobradinho, Distrito Federal. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 177. O Deputado Norberto Teixeira requer ao Presidente da Fundação Nacional do Índio — FUNAI todas as informações disponíveis sobre as obras realizadas através dos trezentos e quarenta e quatro postos indígenas, cinco



núcleos de apoio e das quarenta e seis administrações regionais. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 178, do Deputado Norberto, Teixeira. Requer ao Diretor-Geral do DNER todas as informações disponíveis sobre a BR 484, Espírito Santo, Itarana — Afonso Cláudio. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 179, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Diretor-Geral do DNER todas as informações disponíveis sobre a BR 222, Pará, construção do trecho D. Eliseu — entroncamento — BR 158, Pará. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 180/01. O Deputado Avenzoar Arruda requer informações ao Governo do Estado da Paraíba. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 181/01. O Deputado Norberto Teixeira requer informações ao Comandante da Aeronáutica, Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro-do Ar Carlos Almeida Baptista. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 182, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 183, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o



requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 184, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado do Maranhão. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 187, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente da Companhia de Desenvolvimento Barcarena. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 188, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 190/01. O Deputado Norberto Teixeira requer informações ao Diretor-Presidente da Companhia Docas do Rio Grande do Norte. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 191, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Diretor Presidente da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 192, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado.



Requerimento nº 193, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo — EMBRATUR. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 194, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente da PETROBRAS — Petróleo do Brasil S.A. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 195, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 196, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social — INSS. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 197, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 198, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Exmo. Sr. Almirante da Esquadra Florêncio Chagasteles, Comandante da Marinha. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 199, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Exmo. Sr. General Gleuber Vieira, Comandante do Exército. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco



o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 200/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 201/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 202, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Superintendente da Zona Franca de Manaus, Amazonas. Não havendo quem queira usar da palavra, em votação o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 203, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 204/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 205, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Presidente da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo — CEAGESP. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado, já que ninguém quer usar da palavra.



Requerimento nº 206, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU todas as informações disponíveis sobre o metrô de Brasília, Distrito Federal. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento 207, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU todas as informações disponíveis sobre o metrô de Belo Horizonte, trecho Calafati – Barreiro. Não havendo quem queira usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 208/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU todas as informações disponíveis sobre o metrô de Curitiba, Paraná, trecho Tip — Timbi. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 209 do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU todas as informações disponíveis sobre o metrô de Recife, Pernambuco, trecho Recife — Cajueiro Seco, com melhoramento na Linha Sul. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 210/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer informações ao Diretor-Geral do DNER sobre as BRs discriminadas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 211/01, do Deputado João Coser. Solicita seja convocado o Sr. José Luiz Carvalho Monteiro para prestar esclarecimentos sobre irregularidades na emissão de notas de fiscais na execução da obra na BR 386/RS, trecho Lageado — Canoas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 212/01, do Deputado Norberto



Teixeira. Requer convocação dos servidores do Tribunal de Contas da União para auxiliar nos trabalhos da CPI. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 213/01, do Deputado Norberto Teixeira. Requer a convocação de funcionário do Banco do Brasil para auxiliar nos trabalhos desta CPI. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 214. O Deputado Norberto Teixeira requer a convocação de funcionário da Secretaria da Receita Federal para auxiliar nos trabalhos da CPI. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. Requerimento nº 215, do Deputado Norberto Teixeira. Requer a intimação do Sr. Carlos Adalberto Pitta Pinheiro e João Manoel da Silveira. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 216/01. O Deputado Norberto Teixeira requer ao Ministério da Integração Nacional o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados às obras de infra-estrutura de irrigação e uso comum no perímetro de Marituba, no Estado da Bahia. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 217, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Ministério do Transporte o envio da cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados à obra do trecho rodoviário corredor oeste-norte, BR 163, Mato Grosso – Santa Helena — divisa Mato Grosso/Pará. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 218, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Ministério da Integração Nacional o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados à obra de infra-estrutura e irrigação de uso comum, projeto de Jacarecica, do Estado de Sergipe. Os Deputados que o aprovam





permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 219, do Deputado Norberto Teixeira. Requer quebra de sigilo bancário e fiscal da Bolognesi Engenharia Ltda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Tem alguns requerimentos aqui, e os Deputados deveriam ter até um pouco mais de cautela com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – E nessa velocidade também, eu sugeriria à Presidência, pela ordem, eu pediria para esses requerimentos a verificação de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – De qual desses?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Do 219 e do 220, que estão por vir.

*(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Infelizmente esta Comissão tem que trabalhar. Essa firma já foi convocada uma vez, não prestou esclarecimento, não veio, não mandou informação, usando nota falsa, fria. Se não for para quebrar sigilo, esta Comissão não existe. Mas vou retirar para não ter verificação de **quorum**, para poder dar prejuízo a esta Comissão. E também em respeito aos convidados que vieram aqui hoje, intimados, eu estou retirando os Requerimentos nºs 219, 220, mas contrariado. Eu vou dizer ao senhor, viu, Sr. Presidente, a esta Comissão — quero deixar bem registrado — estou retirando, infelizmente. Eu não



estou aqui para trabalhar em prol de construtora. Eu estou aqui para trabalhar em prol do povo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Com a retirada dos Requerimentos nºs 219 e 220 por parte do seu autor, ele pode voltar em reunião seguinte, sem nenhuma dificuldade. Com isso nós podemos continuar a votação dos últimos requerimentos que têm acordo e a sessão não cai.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente, inclusive o 222 também... Duzentos e vinte. Retira também o 221, o 219, o 220, o 221, o 222, para retornar na próxima...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria consultar o Deputado Norberto Teixeira: o 221 continua?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O 221 pode continuar. O 222 e o 219 retirados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Duzentos e dezenove, e 220 e 222.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Duzentos e vinte e 222.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria consultar o nobre Deputado José Borba se ao retirar esses requerimentos V.Exa. também retira o pedido de verificação de **quorum**.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – É, aceito para nós darmos continuidade à reunião. Pode ser.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Então, o Requerimento de nº 221, do Deputado Norberto Teixeira. Requer ao Ministério da Integração Nacional o envio de cópia do contrato de licitação, possíveis termos aditivos e quaisquer outros documentos relacionados às obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum do Projeto Várzea de Sousa, no Estado da Paraíba. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Dando continuidade à reunião, quero chamar para fazer parte da Mesa o Sr. Paulo Ney Almeida, Diretor-Presidente da Construtora Espaço Aberto Ltda. *(Pausa.)* O Dr. Paulo Ney vai prestar juramento.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu, Paulo Ney Almeida, faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e que me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Sr. Paulo Ney Almeida para fazer sua exposição, pelo período de 10 minutos.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Vou fazer um breve relato dessa obra. Nós ganhamos essa obra em janeiro de 1994, no valor de — aquele tempo era cruzeiro real — 2 milhões, 766 mil reais. Depois houve o Plano Real e mudaram os valores. Eu fui chamado para assinar esse contrato um ano e quatro meses após, quando já existia o Plano Real. Aí eu disse num momento à Secretaria que, quando eu tinha ganho esse obra, existia uma inflação alta e que a correção era mensal, que eu queria reaver esses valores para que eu pudesse fazer correção anual. E foi aí que nós fizemos esse termo de... Chama-se repactuação. A obra passou para 19 milhões, 728. Isso com o nosso pedido de repactuação. Posteriormente, depois de várias paralisações, nós já tínhamos feito uma grande parte da obra, de terraplanagem, projetos e serviços de drenagem... Eu até queria salientar que essa terraplanagem que a gente fala ela é a maior terraplanagem já feita em Santa



Catarina em um aterro estrutural. Nós cortamos todo o morro de São Pedro de Alcântara. E a obra teve diversas paralisações por causa do IBAMA, inclusive, e ficou parada mais ou menos dois anos, como o Secretário já disse. Eu fui chamado posteriormente, neste Governo, para ver se eu concordava em fazer essa obra por 14 milhões, 024, valores já de reais. Inicialmente eu fiquei de consultar os meus sócios, pessoas que trabalham comigo. E nós chegamos à seguinte conclusão: como nós já tínhamos começado essa obra, como essa obra é uma obra que nos vincula muito ao Estado de Santa Catarina... Porque nossa empresa é uma empresa média, de porte pequeno, e essa é a maior obra que nós estamos fazendo. Nós aceitamos, então, reduzir esse preço por quê? Porque as vantagens que nós teríamos com isso é que essa obra nos dá um currículo — eu queria até colocar para vocês que antigamente o currículo era só do profissional, então, para mim poder participar de uma obra desse vulto, eu, como profissional, tendo feito alguma obra, eu podia participar. Hoje em dia, com a mudança das leis de licitações, a empresa tem que ter feito uma obra com o mesmo porte para poder participar. Então, foi isso que fez com que a gente aceitasse essa divergência de valores e colocamos a obra, mesmo sabendo que nós perdemos tudo o que nós haveríamos de ganhar nessa obra. Isso aí é uma coisa que, eu até sei que já foi falado, mas eu deixaria sugerido à Comissão que mandasse fazer um levantamento da obra e visse, a preços reais, quanto ela custa e por quanto eu estou fazendo. É até uma coisa que eu gostaria que fizessem, seria importante para nossa empresa. E depois uma coisa que eu queria deixar claro é que nós trabalhamos com incorporação, então, nós vendemos credibilidade, nós temos alguns prédios feitos em Santa Catarina, onde a gente administra dinheiro de terceiros. Nós vendemos apartamentos em plantas. Nós temos mais de cem apartamentos vendidos. E com



essa vinculação da Espaço Aberto de obra parada, não faz a obra, complexo penitenciário, nós somos obrigados a fazer essa obra sob pena de a nossa empresa não existir mais. Então, hoje, eu repito, eu gostaria que fizessem um levantamento e vissem quanto custa essa obra hoje e por quanto eu estou fazendo. Eu estou fazendo e perdendo dinheiro — isso aqui vocês vão poder ter a oportunidade de fazer esse levantamento —, mas para honrar a nossa... Porque essa obra se arrasta já há seis oito anos, ela está estritamente ligada à nossa empresa. Hoje, o nosso nome, lá em Santa Catarina, todo mundo que fala em Espaço Aberto fala em complexo penitenciário parado, que agora a gente conseguiu retomar. Então, é uma questão de honra e nós somos obrigados a fazer essa obra para nossa subsistência. Era isso que eu queria colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Depois das juras iniciais do Sr. Paulo Ney Almeida, eu dou a palavra ao Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo pela condução dessa nossa sessão. Quero cumprimentar o Dr. Paulo Almeida pela sua presença, por ter acatado o chamamento da Comissão e pela boa vontade em prestar os esclarecimentos. Dr. Paulo, vou ser muito objetivo. Até gostaria que V.Sa. pudesse responder numa espécie de pingue-pongue para sermos objetivos e, realmente, para mim, já há bons esclarecimentos a respeito da obra. Como há pouco eu coloquei, é bom que V.Sa. saiba mais uma vez que quem levantou indícios ou denunciou indícios de irregularidade, que sugeriu à Comissão que fosse verificada essa obra foi o Governador Esperidião Amin. É bom que se diga. E vi há pouco o Secretário de Justiça e Cidadania do meu Estado, que faz parte do próprio Governo Esperidião Amin, dizer aqui, de maneira muito clara, que realmente não é uma obra com irregularidade, não traz irregularidades do Governo



anterior, é uma obra que não tem superfaturamento, etc. Confesso ao senhor que esse esclarecimento já me deixa bem à vontade para eu não formular mais muitas questões, uma vez que para mim já tenho os esclarecimentos necessários. Contudo, algumas perguntas ao diretor-presidente da empresa que constrói o complexo penitenciário em Santa Catarina. Dr. Paulo, há pouco — parece-me que V.Sa. esteve presente durante todo tempo — se questionou e eu levantei um questionamento ao Secretário, Dr. Paulo César, a respeito de um termo aditivo que teria sido negociado e que teria sido anulado o índice de correção ou de ajuste de preços firmado, em 1995, no Governo anterior. E segundo o Secretário não foi valores, foi um índice de reajustes que teria sido acordado entre as duas partes, na atual gestão, para que ele fosse desconsiderado e a empresa fizesse a obra pelo valor inicial de 14 milhões e alguns mil reais. Valor, claro, atualizado pelos índices normais. V.Exa. tem alguma coisa mais a esclarecer ou concorda com a afirmativa do Secretário da Justiça?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É, aconteceu isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Foi apenas... Foi desfeito, foi tornado sem efeito o termo aditivo, é isso, Dr. Paulo?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Foi, o termo aditivo foi tornado sem efeito.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Tornado sem efeito.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu não tive escolha. Ou eu aceitava ou eu não fazia a obra. Eu já tinha começado a obra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Certo. Perfeitamente.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Então, a gente resolveu tocar...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Eu há pouco ouvi atentamente as colocações de V.Sa. no sentido de que essa escolha, realmente, ou aceitava ou



colocava a empresa em descrédito, é isso? E até aproveitava a oportunidade para adquirir aquele currículo, se eu posso dizer assim, necessário, aquela experiência necessária com uma obra de maior porte para poder participar de disputas em outras obras. O meu entendimento é correto?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É, é correto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – É correto. Dr. Paulo, o senhor dizia-nos há pouco que a empresa não está ganhando, pelo contrário, está perdendo dinheiro com essa obra e que ela continua justamente por essa questão de “currículo”, entre aspas. Pois bem, eu pergunto ao senhor, e é evidente que o senhor tem noção da pergunta que eu vou fazer muito objetivamente. Considerados os preços praticados no mercado em Santa Catarina, V.Sa. diria que essa obra, os preços contratados, é uma obra superfaturada em termos de preços, faturada a preços normais ou faturada abaixo dos preços. Como é que... E eu alerto V.Sa. para o fato de que essa declaração, para este Parlamentar, a sua declaração é de fundamental importância e que é uma declaração, evidentemente, revestida de responsabilidade. Como é que o senhor classifica: superfaturada, preços normais, comparados com o mercado de Santa Catarina, que V.Sa. conhece muito melhor do que nós, ou ela está abaixo dos preços praticados?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Essa obra, dita pelo próprio órgão que faz, que cuida das obras no Estado, que é o DEOH, departamento de obras e edificações, eles dizem que a obra está subfaturada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Subfaturada.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Subfaturada. E mais, Deputado, eu sei da responsabilidade que eu tenho aqui e até coloco que o senhor, como é catarinense, o senhor pode manda fazer um levantamento dessa obra por qualquer índice que o



senhor queira, por qualquer revista nacional ou estadual, e o senhor vai constatar que essa obra está com preço abaixo do mercado. Aí, eu volto a frisar, por que que eu faço isso? Por que que a nossa empresa faz isso? A nossa empresa... Primeiro que nós tiramos toda e qualquer gordura e um ganho que nós haveríamos de ganhar. O senhor sabe que quando essa obra aumentou 27%, nesse termo aditivo que foi retirado... Porque a maneira de interpretar, que teve aquelas...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Quantos por cento, desculpa?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Vinte e sete por cento. E ela está de dezenove, de dezenove ficou em 14, foram 27% que ela abaixou. Bem, mas aí foi onde nós discutimos muito, até contra a minha assessoria, que dizia que eu não devia aceitar. Fui eu o único, digamos assim. Todos foram votos vencidos. Como eu sou também arquiteto e achei que sou um pouquinho dono da firma, eu expus às pessoas que eu teria que fazer essa obra sob pena de eu não poder mais trabalhar em Santa Catarina. Porque, como o senhor sabe, o senhor que é de lá, o senhor deve passar, o senhor deve já ter visto alguns prédios com o nome Espaço Aberto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sem dúvida.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – E o senhor sabe que eu vendo credibilidade. Então, eu não poderia deixar de fazer uma obra. E como é que eu ia vender um apartamento quando eu pego uma obra e não termino? Então, hoje nós estamos fazendo assim uma economia de palito. Eu até sugeri aqui — sei que isso é de muita responsabilidade, o que eu estou dizendo aqui — que façam o orçamento dessa obra, quem queira, com qualquer engenharia daqui, do Estado, e levante o custo dela. E nós vamos fazer essa obra pelo preço que nós aceitamos. E não que essa obra tenha sido... Então, por que que essa obra está abaixo? Eu sei que essa pergunta vem. Acontece, Deputado, que quando nós ganhamos essa obra, em 94, o





senhor tinha aquela inflação galopante. E a estratégia da empresa, que o senhor dava um preço sabendo que o mês que vinha o senhor tinha trinta ou 40%. Como ela corrige pela Getúlio Vargas, e a Getúlio Vargas sai sempre dois meses depois na revista, quando dava o orçamento, o senhor sabia quanto ia corrigir. Então, o senhor imagina, eu tenho uma obra de, digamos, naquele tempo, 2 milhões de reais. O mês seguinte eu tinha uma obra já de 3 e meio milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Certo.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Certo? E com isso eu girava. Então, isso foi... E eu tinha um reajuste mensal. O meu reajuste passou a ser anual. Por isso a minha divergência com o Estado, com o Tribunal de Contas, que eu até depois tenho o parecer aqui que, se eu pudesse, eu gostaria de passar ao nobre colega, ao nobre Deputado, desculpa, eu não sou Deputado. O Tribunal de Contas da União, através da Procuradoria, do Ministério Público ao Tribunal de Contas da União, ele julgou que essa obra, com os preços que nós estávamos pleiteando, ela não estava superfaturada. Eu deixo o parecer aqui para o Presidente, para ele ver, que ela estava com preços normais, inclusive com alguns preços abaixo de obras penitenciárias feitas aqui, diversas, pelo FUNPEN. Se eu não fosse pequeno, se não fosse Santa Catarina, nós não teríamos tocado essa obra. Nós vamos fazer porque, se hoje a nossa empresa não fizer essa obra, a gente tem que fechar. Isso é uma coisa que não...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Por fim, Dr. Paulo, uma pergunta ainda ao senhor relativamente à afirmativa feita na oportunidade pelo Governador de que havia indícios, ou de que havia irregularidades. Dizia o Governador que, se os membros da Comissão quisessem encontrar alguma irregularidade em contratos com recursos federais de Santa Catarina, procurassem no complexo, na construção



do complexo penitenciário. V.Sa. tem conhecimento de alguma irregularidade proveniente do Governo anterior?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu pessoalmente não tenho. Eu não tenho até porque quando... O senhor sabe que o órgão que — eu sei até que estou sendo repetitivo —, mas o órgão que hoje fiscaliza, até esteve aqui um Presidente do Tribunal de Contas... E quem faz isso aqui dá um parecer, que é um Procurador do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Tribunal de contas, ele diz que não existe irregularidades e que o preço estava correto. E eu tomei a liberdade, Deputado, e se nós, se vocês... Eu posso encaminhar, até porque eu não sabia o que trazer, então a gente vai até ver o que vocês querem que a gente encaminhe a vocês. Nós temos laudos feitos pela Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Instituto Reinoldo Lusler(?) e todos esses órgãos comprovam que as nossas peças estavam corretas. Então, a irregularidade que eu diria que a obra teve é que lá houve oito paralisações. Nós não conseguimos tocar a obra. A gente começava, parava. Nós fizemos um aterro estrutural de 500 mil metros cúbicos. Se tiver algum engenheiro, alguma pessoa que já trabalhou, sabe o que é isso, num morro — e é um aterro estruturado, onde o senhor tem que cuidar porque esse aterro pode cair —, com rios, aonde foi que o Secretário falou que se a gente não cuidasse... Inclusive, uma vez, a terra correu ao rio e estourou a cidade de São Pedro, por causa disso. Então, esse aterro é um aterro que exigia muita qualidade e é até hoje. Agora, parece que vão fazer um maior, porque vão instalar aquela usina grande de aço, lá no norte, ali perto de Joinville. Mas até hoje o maior aterro feito no Estado foi para o complexo penitenciário. Foram terrenos que nós ganhamos para fazer.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Bom, a última pergunta, então, ao menos por hora. O Governo do Estado, atual gestão, mesmo porque a obra, em



termos, fora terraplanagem, a obra em si, começou na atual gestão em termos governamental, o Governo do Estado tem repassado recursos normalmente após as medições, ou há muito atraso por parte do Governo do Estado com relação à liberação de recursos para que a obra possa ter continuidade, Dr. Paulo?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Esse recurso, ele é federal, Deputado. Então, ele é só repassado pela Secretaria. A nossa grande dificuldade é que cada vez que — agora, parece que o Secretário está tentando resolver — nós íamos fazer, assim, conseguir tocar a obra, ela era embargada. Então — depois nós vamos entregar a vocês —, trabalhava um mês, parava três, trabalhava dois meses, parava quatro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Perfeito.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** - Então, a gente não conseguia... E aí, cada vez que essa obra era paralisada, alguns recursos voltavam, porque o senhor sabe que não eram gastos, esses recursos voltavam a Brasília, eles não eram utilizados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Perfeitamente. Sr. Presidente, eu quero, até ouvindo há pouco o Secretário e com base no fato que levou à CPI das Obras Inacabadas e subutilização de edifícios, de patrimônio de construções do Governo Federal, e agora, baseado também no que coloca V.Sa., eu gostaria de solicitar, Presidente, fosse consignado em ata, para depois solicitar, duas providências. Primeiro, junto à Construtora Espaço Aberto, uma planilha de custos da obra. Essa planilha é uma planilha comparativa de custos da obra, com os custos de mercado praticados lá na região. E também que a CPI, utilizando-se dos mecanismos e meios necessários, também faça um levantamento de custos praticados para fazer uma checagem e para podermos concluir a respeito da exatidão, da correção das informações. E também se há, não há superfaturamento



ou qualquer irregularidade nesta obra lá em São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina. No mais, gostaria de agradecer, pedindo a V.Sa., Dr. Paulo, que, no prazo estipulado, quem sabe, Sr. Presidente, até quinze dias, ou menos, depende dos prazos que se têm permitido a nível de Comissão, de CPI, pedir a V.Sa., Dr. Paulo, que já saiba que vamos solicitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – São cinco dias, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Quanto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Cinco dias.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Cinco dias. Então, não me compete estipular o prazo, mas que nesse prazo V.Sa., então, providenciasse uma planilha comparativa de custos. Eu digo comparativa com relação ao praticado lá no mercado de Santa Catarina. E claro que V.Sa. sabe da responsabilidade dessa declaração. Fará com base em afirmações que possam, depois, ser mensuráveis, na verdade, possam ser, inclusive, comparáveis, ou comparadas melhor lá com o praticado no mercado.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Só para elucidar, Deputado, não sei se assim o senhor ficaria contemplado. Nós trabalhamos com a Flanarim(?) regional. É uma revista que ela é nacional, mas ela faz por regiões.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Por regiões, sim.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Então, eu pegaria ... Que todos os orçamentos são feitos em cima dessa revista. Eu pegaria, faria esse orçamento e colocaria junto à fonte, duas três para o senhor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Perfeitamente, quanto mais...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Acho que, com isso, o senhor pode...



**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Se o senhor tiver duas ou três fontes tanto melhor. Sr. Presidente, da minha parte é isso. Gostaria de agradecer, pedir a V.Sa., ao nosso e querido e aos demais permissão para me afastar por alguns minutos, pois tenho um compromisso no Ministério da Previdência, mas retornarei para poder estar presente até o final desta nossa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu gostaria de agradecer e contar com a presença de V.Exa. aqui neste Plenário. Com a palavra o Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Paulo Ney, o Tribunal de Contas realizou uma série de auditorias ao longo da existência dessa obra. No Processo nº 259, de 1997, em que o Relator foi o Ministro Humberto Souto e que foi aprovado por unanimidade no pleno do TCU, ele declara que esse aditivo de 5 milhões, 746 mil, 449 reais e 81 centavos, ele foi firmado em março de 1995. No entanto, ele foi tratado com data retroativa a julho de 1994. Procede esta afirmação?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu não sei lhe dizer. Eu tenho aqui o aditivo. Ele retrocedeu à 1994, eu acho que sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – O Tribunal, por unanimidade, declara o seguinte: este aditivo foi firmado em março de 1995, no entanto, ele foi datado com... Vou ler, fica muito claro: "Outro ponto que não deve ser considerado é a constatação de que o montante em questão, de 5 milhões, 746 mil, 449 reais e 81 centavos, embora calculado com base em março de 1995, foi acrescido ao contrato, nominalmente, com data retroativa a julho de 1994, correspondendo, na verdade, a 6 milhões, 625 mil, 081 reais e 99 centavos. Se somarmos ao valor de 5 milhões e tanto, a variação do INCC/FGV, da Fundação Getúlio Vargas, relativamente ao período. E ele manda excluir isto aqui.



**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu não sei porque essa parte não é minha.

O que posso lhe dizer...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Pois não.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – ...o que sei, doutor, é que nós ficamos com... a nossa obra ficou em 19 milhões e 700. E aí eu não sei. E ali tinha um, eu tinha um papel que dizia que era 5 e pouco — eu tenho um documento, tá. Mas se o senhor tem outros aí, teria que olhar. O valor da obra que nós praticamos, e que o Tribunal de Contas depois excluiu, foi 5 milhões e 700.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Confere.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Certo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Esse foi o valor que foi excluído.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Excluído. Então, se ele excluiu 5 e 700, é porque ele tinha aumentado 5 e 700.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Ele excluiu todo esse aditivo.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Excluiu 5 e 700.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Então, só para deixar muito claro para a Comissão: esse aditivo, além de ter sido excluído, ele tinha sido fraudado. Por quê? Porque ele foi firmado em março de 1995. No entanto, foi feito com data retroativa a julho de 1994. Sabe para quê? Para pegar a correção do período. É evidente que não houve prejuízo aos cofres públicos, porque, de acordo com a decisão unânime do TCU, mandou excluir esse valor. A segunda questão...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu só quero... Doutor, desculpa, não fui eu que fiz isso aí.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – É o TCU que está dizendo.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É, mas não fui eu que fiz isso.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Claro, claro, eu sei. Mas faz parte da obra.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – É só para a gente acompanhar os passos da obra. O segundo fator é que houve uma série de outras empresas que concorreram, e o valor da empresa que ganhou a concorrência, tinha um valor bem abaixo. Eu pergunto a V.Sa., já que V.Sa. não foi quem firmou: lá, em janeiro...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – A nossa?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - ...de 1994, quando foram firmados os contratos, essa prática de lançar valores bem abaixo do custo da obra — que todos nós, ao analisarmos, vemos com clareza que é impossível executar a obra com aqueles valores; não é só o caso desta obra, não, mas uma série de outras obras que nós acompanhamos —, essa prática levava em consideração a possibilidade de aditivos posteriores como forma de repor o real valor da obra e, com isso, evitar licitação?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Doutor, quando nós participamos dessa obra, foi em 1994. Aí entrou o Plano Real. Nós não sabíamos que existia um Plano Real. Isso é uma coisa. Nós não imaginávamos que viesse um Plano Real. Então, se nós não sabíamos, como é que ia funcionar depois. Segundo, Deputado, nós ficamos abaixo da segunda colocada. Eu não quero aqui (*ininteligível*), mas nós ficamos em torno de 10%, se o senhor levantar, 10% abaixo da segunda colocada, onde o BDI, complexo de (*ininteligível*), foi até 40 — o senhor tem nos livros. Então, nós ficamos 10% abaixo de uma segunda colocada, que é uma empresa de nome nacional, que não é de lá, CBPO. E eu acho, doutor, que uma empresa local como a nossa, pequena, que constrói na cidade, ficar 10% abaixo de uma empresa de nível



nacional, boa, forte, que vai levar seus trabalhadores para trabalhar no Estado, vai montar sua estrutura lá, eu não vejo que ela tenha ficado tão abaixo. Não sei, doutor. Não é a minha visão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Eu faço essa colocação, Sr. Presidente, porque o Ministro-Relator declara que, comparando o valor final da obra, de 19 milhões, com a fase primeira, de janeiro de 1994, houve um acréscimo de 1.204% de variação sobre o valor da proposta, 77,94% acima da variação do INCC da Fundação Getúlio Vargas, previsto no edital da concorrência, 103% acima da variação da média dos índices setoriais regionais de construção civil — CUB, SINDISCON de Santa Catarina; Custos Unitários, PNI, de Edificações, Florianópolis; e Caixa Econômica Federal, CINAP —, 121% de aumento em relação ao dólar. Ainda que admitamos, por hipótese, a necessidade de uma alteração de tal monta na base orçamentária da proposta apresentada, em virtude dos dezesseis meses decorridos entre a licitação e a assinatura do contrato, o procedimento correto, diante da constatação acima e da lei de licitação, seria o de realizar novo certame licitatório. Eu faço esses registros, porque nós vamos deparar com uma série de outros projetos também paralisados. Para ficar claro para esta Comissão e para o Congresso Nacional, uma obra, quando ela apresenta irregularidade, além de penalizar a empresa que a está executando, em tese, penalizar os cofres públicos, prejudica, principalmente, a sociedade. Porque a não-conclusão da obra leva, exatamente, ao não-fornecimento de serviço para a sociedade. Eu acredito que o desdobramento que esta Comissão está dando, vamos chegar a bom termo, na conclusão final do próprio empreendimento.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Sim. Eu não sei se posso, assim, até para esclarecer, falar alguma coisa que eu recebi.





**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Eu só estou registrando isso aqui, porque não tem a ver diretamente com a obra em questão. É muito mais para procedimentos outros, com os que nós vamos deparar aqui, na evolução.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Doutor, eu sei que não é da minha alçada, mas já que eu sei que o senhor está preocupado... E isso, realmente, hoje, é uma preocupação nacional, porque muitas empresas não estão conseguindo fazer as obras que ganham. Isso é uma verdade. Por isso que, também, hoje em dia, a empresa precisa ter capacitação técnica — a empresa, e não só o profissional, porque daí a empresa tem algum **know-how** para fazer. Por isso que essa lei, hoje, exige... Mas também tem um lado que é um pouco, assim, se o senhor começar a pensar, ele é um pouco desumano, porque, digamos, uma empresa pequena nunca mais vai poder fazer uma obra grande, sabe, doutor, Deputado? Nunca mais. Por quê? Porque aí o seu currículo exige que o senhor tenha feito uma penitenciária com “x” mil metros. Como é que eu vou fazer, se eu nunca fiz? Eu nunca vou fazer. E isso está na lei. Até nós encontramos com uma coisa assim, meio, até... a gente acha até gozado. Agora, eu quero participar de um módulo de 5 mil metros em uma penitenciária. Eu não posso. Eu estou fazendo uma de 20 e não posso participar de uma de 5. Estão entendendo? Eu tenho engenheiros que têm obras de mais, mas eu não posso. Só quando eu concluir essa obra é que eu vou estar capacitado para poder participar, isso porque foi antigamente. Agora, eu diria, todas essas empresas que querem surgir, e que querem ser grandes, elas querem trabalhar, elas nunca mais vão poder crescer, doutor, sabe? Isso é uma coisa que está castrando, assim, uma coisa que... Então, talvez, é uma maneira, aí, de os senhores, de ver como a gente pode chegar a um bom termo para que a empresa não orce errado, como o senhor tem razão, mas para que também as empresas consigam crescer, progredir



e almejar, porque todo mundo quer isso. Senão a gente vai ficar assim, eu vou fazer uma casinha a vida inteira, vou morrer fazendo uma casinha, porque eu nunca vou conseguir fazer, porque eu não tenho na minha empresa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, só para concluir. O que o Sr. Paulo Ney Almeida está levantando é procedente. Como se exige uma série de pré-requisitos nos editais, por conta da lei federal existente, a micro, a pequena e a média empreiteira, ou a micro, a pequena e a média empresa ficam excluídas do processo licitatório. Em seguida, a grande empresa subloca parte do projeto com a micro, a pequena e a média empresa, e isso inviabiliza o crescimento das empresas locais ou regionais. Isso é um fato. Acho que nós vamos ter que, depois, deparar com esse problema. E, talvez, uma das recomendações que a Comissão poderia fazer no término dos seus trabalhos, além de constatar todas essas irregularidades, dificuldades, era propor alteração na Lei de Licitação ou na lei específica que trata dessa matéria. Mas é um assunto para a gente discutir na fase de proposição, na fase final.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – E, Deputado, só uma coisinha, se eu não for assim até... Posso, assim, só ler o que o senhor falou? Nesse parecer do Tribunal de Contas da União, que é do Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico — ele é do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União —, ele coloca aqui (e eu até vou deixar, depois, com a Comissão) que os valores, após a renegociação dos preços, não evidenciam distorções significativas em relação às praticadas nas demais construções de presídios contemplados da referida tabela. E ele diz mais: “Entendo que o novo valor” — esse valor de 5 milhões —; “Entendo que o novo valor pactuado, a par de mostrar-se compatível com as obras em construção em outros



presídios que eles têm, sob supervisão do DEPEN, não apresenta indícios de superfaturamentos. Além disso, há de se considerar no momento que a paralisação das obras do complexo penitenciário não somente importará em custos”. Então, temos esse documento onde diz o Tribunal de Contas que não existe. É por isso que eu queria fazer esse levantamento, até para mostrar. Mas eu gostei da sua colocação, Deputado, para vocês pensarem um pouco no pequeno. Até por isso eu também vim aqui, porque, senão, vamos ficar sempre pequenos. Nunca vamos conseguir fazer uma obra. E, doutor, sem querer ainda, assim, ir mais longe, que eu não estou aqui para crucificar nem para falar mal de empresa alguma, o que está acontecendo no meu Estado, Deputado, é que as grandes empresas ganham os contratos e depois subempreitam por um preço lá embaixo com a gente. Então, depois as nossas empresas fazem, e elas depois não conseguem e quebram, e as grandes só ganham. Não têm nem escritório lá. Por esse tipo de coisa que eu venho lutando nos sindicatos. Talvez por isso eu tenha sofrido um pouco, e a gente é a nossa bandeira, sabe, Deputado? Desculpe eu estar desabafando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Paulo, essa é uma obra que foi iniciada a licitação em 93, contrato assinado em 94. Uma obra que foi feita no Governo atual, do Esperidião Amin, uma revisão no contrato. Nessa revisão no contrato assumiram o compromisso de devolver quase 2 milhões do valor dessa obra. Por que essa devolução? Foi pago ilegal ou foi pago diferente. O que o Governo achou sobre isso?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Esse dinheiro, que já está sendo devolvido — até vou lhe passar aqui —, o Tribunal achou que o termo “aditivo” não podia ser



feito, pelas razões até que o nobre colega levantou. Não poderiam ser feitos. E eu fui chamado, inclusive contra os meus advogados, que diziam que eu tinha de bancar, que eu ganharia, porque eu tinha parecer do Tribunal de Contas da União, da Procuradoria, dizendo que estava legal. Mas aí acontece uma coisa de cunho muito regional. Eu podia era não aceitar e deixar a coisa rolar, a Justiça. Agora, não faria a obra. Eu ficaria com a estirpe, que ficamos no Estado, de obra paralisada. Eu deixei de vender diversos apartamentos. Tive muita devolução. O senhor sabe que hoje em dia, por vários acontecimentos no País, todas as pessoas estão preocupadas em comprar apartamentos em plantas, e nós vendemos apartamentos em planta. Isso se chama credibilidade. Então, aceitamos fazer esse termo de ajuste de conduta. Também, Deputado, porque nós temos um dinheiro que — se o senhor pegar esse termo, o senhor vai ler; eu vou até deixar com o senhor —, e nós temos um dinheiro que eles têm que nos pagar por serviços executados por ordem judicial, vários serviços. Eu tenho até aqui, vou deixar toda essa documentação. Esses serviços, hoje, eu sou credor, eu não sou mais devedor. A nossa empresa é credora de dinheiros, com laudos feitos, que vocês vão ter acesso a eles — do Departamento de Obras do Estado, da Universidade Federal de Santa Catarina e de outros institutos. Então, nós levantamos essas questões todas e chegamos à conclusão de que... Outra coisa: o senhor também sabe que, eu ouvi o senhor comentando, esses 5 milhões não é lucro. O senhor sabe que, de 5 milhões, o senhor tem que tirar 12,8% dos impostos — PIS, COFINS. Então, quando a sua margem de lucro aumenta, seu BDI, em que está incluído isso, o senhor tem a parte que é o lucro da empresa e tem a parte que são os impostos e os tributos que o senhor paga. Então, nós tiramos — se o senhor fizer uma conta, que eu sei que o senhor vai fazer, até foi dito ao Secretário — exatamente todo o nosso BDI. O



senhor vai ter oportunidade de ver que nós estamos fazendo para cumprir. O senhor deve ter ido a Santa Catarina e o senhor deve ter visto que Florianópolis é uma cidade pequena; uma cidade que, o senhor vai lá um dia, todo mundo sabe quem é o senhor. As coisas lá não são como Brasília, que é o Brasil. Lá é um Estado pequeno, onde o Paulo fez aquela cadeia errada, onde ele pegou a cadeia e não terminou. Então, a gente é muito vinculado às coisas que faz. Então, foi por isso que eu aceitei, contra a orientação dos meus assessores, fazer esse tipo de negócio. Eu vou provar para o senhor, Deputado, e o senhor vai ter isso em mãos, que nós não estamos ganhando nada, inclusive estamos perdendo. Isso eu estou dizendo aqui, perante uma Comissão. Eu não diria isso se não fosse verdade. E vocês vão ter isso aqui. Bem, mais uma coisa que me passaram aqui é que eu tinha um parecer, Dr. Deputado — desculpe, eu não peguei o seu nome —, mas eu tenho... tinha um parecer nesse momento...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria que informasse quem passou a informação, ele está em depoimento de juramento. Quem foi a pessoa que passou a informação agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Daqui a pouco. Deixa ele só, Deputado, terminar de responder.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quando está depondo, não pode ter interferência de nenhum assessor, de ninguém, nem de advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Correto. Ele corta o depoimento que ia...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não vou mais fazer. Eu só ia dizer a mesma coisa que eu tinha dito: que, embora com parecer favorável do Tribunal de Contas, que também sei que vai chegar às suas mãos, eu resolvi fazer isso. Isso o senhor



vai ter. Até pela nossa... Nós já construímos em Santa Catarina, em dezoito anos de empresa, que nós que fundamos — eu sou arquiteto, fundei a empresa e comecei a trabalhar; meu pai era professor, morreu como professor —, e, graças a Deus, deu certo, e nós vendemos mais de quatrocentos apartamentos na cidade. Então, temos uma credibilidade. Onde a gente lança um prédio, vende. Isso a gente tem feito há muito tempo. E eu tive de optar, Deputado, por eu brigar na Justiça e mover a parada, e os jornais e a imprensa falando, e a gente não tendo condições de rebater, porque o senhor, para rebater uma nota da imprensa, o senhor tem que pagar. Eles podem falar todo dia. Então, nós achamos melhor fazer essa obra que, para nós, seria mais conveniente, mais barato. Também, Deputado, eu quero ter o prazer de, daqui a uns quatro anos, três anos, vocês encontrarem o nome da minha empresa fazendo algumas outras obras, porque essa vai me dar um currículo e eu vou poder fazer.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Os ofícios que foram encaminhados agora. Ofício nº 2.203, Brasília, 22 de agosto de 2001. O Dr. Ângelo, Diretor do DEPEN, encaminhou ao Secretário de Segurança Pública de Florianópolis. Nessa época, ele está questionando, dia 22 de agosto: “Pelo presente, encaminho a V.Exa. cópia do relatório de viagem elaborado pelo arquiteto José Ricardo Pacheco, quanto da inspeção da obra do Convênio nº 021/00, construção da penitenciária da Grande Florianópolis, Santa Catarina. Naquela oportunidade, constatou que a referida obra se encontra com andamento muito lento, devendo ser tomada providência no sentido de a mesma ser agilizada com vista à conclusão com maior brevidade”. É o Dr. Ângelo. O relatório do Dr. José Ricardo Pacheco, do DIAPI: “Fundações: 80%. Subestrutura de concreto armado: 77%. Caixa d’água: 60%. Muralha: 60%. Alvenaria: 40%. Esquadria: 15%. Grade de segurança: 0%.



Cobertura: 15%. Revestimento: 7,5%. Extrações: 11%". Outra coisa: foi constatada a construção de um muro de arrimo na entrada da guarita mirim, tarefa que não se encontra na planilha orçamentária do convênio. O Estado alegou que a mesma foi considerada inabitável, devido ao aterro. Esse dinheiro que o senhor tem para receber a mais, o senhor realizou fora do convênio. É essa a realidade?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Como, doutor? Eu não entendi.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O que está questionando na Justiça, com ordem judicial, questionando um valor para receber na Justiça.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não é na Justiça.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor falou que era na Justiça.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não. Então, expressei-me mal. Eu disse que, nesse termo aqui, que foi o termo aditivo ao contrato, foi quando eles tiraram esses valores que o senhor falou. Foi, inclusive, feito entre a Secretaria — não sei se o senhor está ouvindo o que eu estou falando; o senhor está ouvindo? — e a nossa empresa, com a aquiescência do Tribunal de Contas da União. Eles acompanharam. Eles colocaram que a empresa teria que pagar o dinheiro que ela recebeu a mais, de 18,64% cada parcela. Tem aqui a lista que está retida. Posso deixar com o senhor. E que também, que é uma coisa que daí o Estado até está atrasado, o Estado, junto aos seus órgãos de engenharia — porque eles pararam naquele momento a obra —, devia tomar todas as coisas que tinham sido feitas a mais na obra, os engenheiros do Estado, que chamam (*ininteligível*) junto com a Universidade Federal de Santa Catarina, para ter um balizamento, os técnicos da Universidade, e ver quanto a empresa teria para receber. E aí o valor do Tribunal o senhor leu: 1.900. E o valor do órgão do Estado com o órgão da Universidade, eles



chegaram a 1 milhão e 800, 1 milhão e 900. Então, isso será levado ao Tribunal de Contas. Mas isso aí não são só coisas extras, como o senhor falou. Porque, quando a obra foi paralisada, foi estancado aquele contrato, eles pararam de pagar. Então, fiquei com o dinheiro em haver. Daí eles reduziram e estão pagando com os valores, agora, já desse novo contrato. Então, eles pararam. E mais uma coisa que o Secretário falou para o senhor é que essa obra ficou paralisada um bom tempo com ela quase pronta, a terra e a drenagem, sabe, Deputado? E, ali, o senhor foi à obra e viu que ela desce. Abriram-se várias crateras. Por ordem judicial, foi-nos mandado arrumar aquilo tudo, deixar em segurança, porque aquela terra era depositada no rio, que levaria à cidade e já tinha estourado uma ponte. E também, Deputado, lá, nessa região, muitos desses embargos que o senhor tem em mãos, é porque nessa região tinha o lixo hospitalar da Grande Florianópolis. Toda a cidade de Florianópolis colocava o lixo hospitalar lá. Eles faziam buracos e enterravam o lixo lá. Então, a Procuradoria da República... Até que não foi feito um trabalho de recuperação disso e tirado o lixo de lá, porque o lixo tinha radioatividade, essas coisas. Nós tivemos de fazer, por ordem também, tivemos de arrumar essas coisas que, eu não sei falar, não sou advogado, está escrito, não sei dizer isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, Dr. Paulo, deixa eu só explicar para o senhor. O senhor falou que o Tribunal estava concordando com os valores. Mas vamos voltar um pouquinho para trás. O próprio Tribunal, o Ministro Humberto, que hoje é nosso Presidente do Tribunal de Contas, ele, num relatório, questionou esse valor e não concordou. Ele concordou com o aditivo de retorno, de devolução do dinheiro nas parcelas futuras. Então, ele discordou do valor do reajuste que foi dado. Eu estou aqui com a cópia do relatório do Ministro, ele questionando esse valor. Então, ele concordando para não paralisar a obra, ele





concordando que deveria ser feito, concordando com o ajuste que foi feito, com a devolução. Então, ele não concordou igual o senhor citou anteriormente. O senhor citou anteriormente que ele tinha concordado. Ele não concordou. Discordou do valor do reajuste e ainda concordou com a devolução na decisão que ele fez como Relator, Ministro-Relator, que foi aprovado no plenário do Tribunal de Contas da União, Decisão nº 869, no Plenário nº 198. Então, não foi bem como foi informado para o Deputado anterior.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Foi. Se eu disser alguma coisa aqui, o senhor me corrija, mas, primeiro, o Tribunal não concordou com os valores, certo? Bem, aí foi pedido um reexame pela Procuradoria e pelo Estado de Santa Catarina, e saiu esse documento, que eu tenho aqui — que eu passei à mão —, do Procurador, dizendo que estava legal. Depois, por esse motivo que o Secretário falou, eles retiraram, eles não quiseram mais — por que, eu não sei. Mas eles não quiseram mais esse reexame que tinham pedido, eles não... O Estado retirou.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Bom, mas deixa eu fazer uma pergunta. Deixe só eu acabar de ler o relatório de viagem do DIAPI, que foi feito: “O fato mais preocupante nessa obra é a lentidão dos trabalhos, pois é uma obra consideravelmente grande. A impressão que passa é que é uma obra abandonada, pois no dia da visita conferi apenas duas pequenas equipes trabalhando, dois funcionários cavando buraco para fazer um bloco de fundação da muralha e uns quatro funcionários executando as formas da caixa d’água. Um efetivo inaceitável para uma obra desse tamanho”. Está aqui a fotografia, inclusive com os funcionários trabalhando e o horário; os funcionários trabalhando nesse horário e o horário que foi feita a visita. Deixa eu falar para o senhor: por quê? O senhor não está



recebendo? Quanto mais demora, com a inflação, com tudo, não é pior para a construtora?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Deputado, o senhor até pode discordar de mim, mas, o senhor vê, nós começamos uma obra em 94. Começamos e paralisamos essa obra oito, dez vezes. E quando nós paralisamos essa obra, algumas vezes com algumas dessas máquinas pesadas, grandes, que nem o Estado de Santa Catarina tem. São essas retroniveladoras que, por acaso, vinham do Paraná e São Paulo. Santa Catarina não tem esse tipo de máquina. Então, cada vez que paralisava essa obra, ficávamos preocupados. Aí pediam para nós retomarmos as obras, Deputado. E nós estávamos retomando a obra com certo cuidado para ter certeza de que era para retomar. Agora, disseram que é. Veio um documento que é para retomar. Se o senhor for lá ainda — não sei se o senhor vai — ou se o senhor quiser, eu lhe mando, por exemplo, fotos datadas de segunda-feira. O senhor vai ver a grande diferença que já está hoje, o senhor vai ver que mudou bastante. E eu não vou negar para o senhor que nós estávamos com dificuldades financeiras, sabe, Deputado?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas por motivo de repasse de dinheiro?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Atrasava um pouco.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas não repasse do Governo Federal?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O Governo vem cumprindo o convênio?



**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – O Governo cumpriu o convênio, mas essa obra agora é que entrou nos eixos. Como ela foi muito paralisada, ela é bem fiscalizada. Então, mais ou menos, tem umas cinco ou seis comissões que vão analisar a obra para fazer o pagamento para a gente. Por isso, eu até acho uma boa oportunidade que vocês tenham, assim, uma visão da coisa. Que a gente, realmente, a empresa quer terminar; nós queremos e vamos agora apurar. O senhor há de convir que, com os preços congelados, quanto mais nós atrasarmos, a gente está perdendo dinheiro. A gente quer acabar.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu só fazer uma pergunta para o senhor. Eu sei que, se aquela obra for parada, vai haver um problema ambiental muito sério. Não só o problema do prejuízo da situação dos presos, do sistema penitenciário no Estado de Santa Catarina, aliás, no Brasil. E, outra coisa, o problema ambiental também de São Pedro de Alcântara, que o aterro é imenso, eu estive no local, e a obra parada vai comprometer todo aquele muro de arrimo. Se aquele aterro ceder, há de comprometer todo o muro de arrimo, porque a base dele vai se comprometer também. Deixa eu fazer uma pergunta ao senhor: por que não terminar o muro, que está tendo problema ambiental, problema de erosões? Por que não terminar esse muro?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Se o senhor for a Santa Catarina, dia 15, o senhor vai encontrar o muro pronto. Agora, o mês que vem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dia 15 do mês que vem?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – O senhor pode ir lá que esse muro estará pronto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor há de convir que é necessidade.



**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É obrigado. O senhor tem razão.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Antes da chuva.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Tem que fazer já.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Porque é insuportável ver a situação que está lá.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É que, o senhor sabe que essas penitenciárias, esse muro é um muro difícil, sabe, Deputado, porque a gente tem que colocar esse muro 3 metros abaixo, para o caso de o preso não furar.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, então, Dr. Paulo, são 3 metros abaixo.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É essa a minha questão. São 3 a 4 metros atrás, depende da estaca.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O aterro, parece-me, dá 8 ou 9 metros, tem lugares.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – O aterro, como, doutor?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O aterro que foi feito o muro. Alguns locais do aterro no lado de baixo. Do lado que o senhor chega, à esquerda da penitenciária. Há locais que vai dar 6 metros, 7 metros. Então, vai ficar 3 metros. Se houver a quebra de arrimo do muro, vai haver um problema ambiental muito grande em São Pedro de Alcântara, como também vai se comprometer toda a estrutura do muro.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Nós temos que fazer. Nós tomamos esse cuidado até por... Essas ações ambientais que surgiram na Justiça, tivemos que



pegar alguns professores da universidade e eles fizeram todo esse tipo de estudo para evitar isso. E realmente é... Eu diria para o senhor que não fomos nós. O senhor sabe que, fazer uma penitenciária, nem todo mundo quer ao lado de sua casa. E o terreno que nos deram foi aquele, Deputado. A terraplenagem custa 30% da obra e, normalmente, um custo de terraplenagem é de 5%.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, Dr. Paulo, vamos voltando ao contato. Essa obra é questionada muito, inclusive pela população de São Pedro de Alcântara. Nós paramos num bar lá, inclusive, conversamos. Ela é questionada, todo mundo comenta. Foi questionada pelo próprio Governador na visita nossa ao Governador. Ela não estava nem no relatório, o próprio Governador questionou essa obra para nós. Eu sei que é uma obra importante. O Ministério da Justiça já investiu dinheiro nessa obra, já era para estar pronta essa obra. O senhor há de convir comigo, o dinheiro que foi aplicado antes da (*ininteligível*), se você for registrando ele, hoje essa obra estaria pronta.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não, doutor.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sim, estaria pronta. O problema de paralisação dela é muito grande. A paralisação levou a um prejuízo nessa obra de mais de 40%, se o senhor analisar. Não estou falando tecnicamente, mas se o senhor pegar 30% ou 40%, vai gastar o Ministério da Justiça, mais convênio, de 30% a 40% para terminar essa obra. Por quê? Por causa da paralisação e o problema dos questionamentos, que não é culpa... A realidade, esta Comissão é para analisar as obras paradas e também sem uso. E a penitenciária está hoje considerada como parada, porque nós estivemos lá, como parada e questionada. Ela é muito questionada. Inclusive, na cidade, questionada por todos. O senhor vê que há diversos relatórios sobre ela, diversa fiscalização sobre ela. Eu não estou



aqui para crucificar a empresa. Vou crucificar o Secretário, ou o Ministro da Justiça, ou o Diretor de Departamento. Eu quero que fique bem provado que o Ministério está cumprindo com o seu dever de mandar o recurso. O que está acontecendo é a demora de responder aos questionamentos de adequação e documento, documento até de reajuste e convênios. É o que está demorando mais nessa obra. E a própria construtora também, aproveitando. Quando tem recurso, colocar para poder eliminar essa obra o mais rápido possível. O reajuste dessa obra hoje está sendo feito como?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Pela Fundação Getúlio Vargas, anual. Então, cada ano corrige aquilo que...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor sabe também que o Tribunal agora questionou esse reajuste.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Anual?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Anual, não. Sobre o reajuste da Getúlio Vargas e alguns reajustes que estão sendo feitos. Num relatório que foi feito agora, do Tribunal, sobre essa obra também, já há um questionamento sobre isso. Mas não mandou paralisar a obra, não mandou fazer nada, simplesmente questionando. E isso não é só no convênio de vocês. Em quase todos os convênios que estão sendo feitos, o Tribunal está questionando isso. Mas não é de responsabilidade sua, mas está sendo feito. Então, quanto mais essa obra... Eu quero fazer uma pergunta bem clara para o senhor: quanto tempo vai demorar para terminar essa obra e entregar para a população de Santa Catarina?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Março do ano que vem. A obra está bem agora. É que o senhor foi lá num momento em que estava meio confusa. Agora está indo muito bem.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu falar para o senhor: vocês já fizeram um novo programa físico-financeiro dessa obra?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Um novo programa? Agora?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Agora, fizemos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Já foi aprovado pelo TCU e aprovado pelo Ministério da Justiça?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Está tudo com a Secretaria, Deputado. Mas eu acho que, segundo ele, sim, eu não sei. Doutor, a única coisa, Deputado, que mudou é a forma de medição. Não sei se o senhor...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sim, medição.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Só a medição. Eles vão fazer assim agora. Pediram e, se eu aceitar, é preciso que... e nós aceitamos. Eles vão medir uma vez por mês e nós dividimos em etapas de obras. Então, nós temos que fazer aquela etapa a cada mês. Se nós não fizermos, nós vamos ter uma multa, aqui estabelecida. É isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Então, deixa eu fazer uma pergunta: com todos esses problemas, recursos há suficientes — o Secretário me informou que há suficientes —, essa obra fica pronta em março do ano que vem?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Em março fica pronta.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Com previsão de chuva, com tudo?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Com tudo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O valor do contrato dessa obra é hoje de 14 milhões.



**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Quatorze.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quatorze, zero, vinte e quatro.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Desses 14, quanto o senhor já recebeu?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Já recebi 6 e alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sete e seiscentos e tantos.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não é o que está aqui. Desculpe, eu tenho menos, Deputado. Estou pegando documento que nem é meu aqui. Desculpem. Eu até vou deixar com o senhor aqui, parcela por parcela. Nós recebemos R\$6.934.074,00.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas deixa eu falar para o senhor: corresponde hoje a um valor de quase 45% da obra.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não, de 14, não. Sete milhões... É, o senhor tem razão.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E a obra está questionada em 35% de execução de obra. Então, está uma diferença...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não, é que, deixa só, assim, uma coisa do edital, quando o senhor for ler...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Às vezes está dando uma diferença minha com a do senhor. Eu estou falando que o que Ministério já liberou foram 7 milhões este ano, desse contrato.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Está.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sete milhões, quase 8 milhões, que correspondem a mais de 52% da obra, liberando para a Secretaria de Justiça do





Paraná. Agora, a Secretaria libera para vocês com medição. E, quanto à obra, tem 35% do total, 35% a 38%.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É. Mas o senhor vê que essa obra, no cronograma inicial dela, na proposta, ela é dividida em três etapas: serviço de terraplenagem, que engloba projetos, esse aterro, todas as drenagens e instalações provisórias; depois, construção civil e automação. Então, o que foi liberado à terra foi 4 milhões, doutor. Por isso que o senhor está achando que foi. Então, na realidade, para a obra, nós recebemos 1 milhão e pouco da obra — 1 milhão e 300, da parte civil.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu falar para o senhor: a Determinação nº 401/2000, do TCU, que determina o bloqueio de 18,10% e uns quebradinhos...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Dezoito ponto trinta a quatro por cento.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso. Esse potencial foi calculado com base no saldo calculado em janeiro, de 10 milhões e 900. Está sendo cumprido, em todas as parcelas estão sendo incluídos os 18%?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Estão. Vou deixar para o senhor. Estão. Inclusive eu vou entregar.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, eu gostaria que inclusive pegasse essa informação, porque é importante para nós.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Doutor, posso dizer uma coisa?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pois não.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** - É que também, junto a esses 18%, quando nós pegamos esse 1 milhão e 900 a mais, quando nós pegamos, o senhor sabe que todo o valor que nos pagam é retido 4% como caução. Isso é praxe. Além dos 18%,



mais 4% ficam para a Secretaria para futuras... arrumar obras, aquelas coisas que são normais de todo contrato, Deputado. E nós ainda temos esses 4% da diferença que nós temos que buscar. Nós não pegamos ainda. Não sei se o senhor entendeu o que eu falei.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A caução vai ser para o senhor receber no final?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não, mas é que a caução... Como eles me caucionaram em cima de 6 milhões, e eles tinham que me caucionar em cima de 4, certo?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Eles fizeram caução em cima do senhor de 6 milhões, 479 milhões?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É. Então, eles sabem que eu tenho cento e poucos mil reais para pegar. Mas isso tudo vocês vão ter aqui, o senhor vai ter.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu só fazer mais uma pergunta para o senhor.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Caução, no final da obra o senhor recebe ela e tudo, é caução da obra, sobre a parte técnica da obra, depois de concluída. Parece-me que tem um prazo certo no contrato para ser feito.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Se estiver tudo regular.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Se não cair, se não rachar...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Vem cá, deixa eu falar para o senhor uma coisa: o atraso dessa obra, que é considerada... Porque isso é ruim. Vou dar só um exemplo para o senhor, Dr. Paulo: o Governo lança o Programa de



Segurança Nacional, lança o Programa do Sistema Penitenciário, e vai se ver uma obra dessas paralisada. É fácil acusar o Governo Federal, ele está longe, ninguém o vê. Para eu fazer política é mais fácil acusá-lo do que acusar certas pessoas. Mas deixa eu dar só um exemplo para o senhor: o senhor sabe que essa obra, com todos os relatórios que eu peguei, do Ministério da Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, todas essas obras que eu peguei, vêm de uma denúncia do Governo do Estado — do Governo atual, do Governo do Estado. Mas deixa só eu falar um negócio para o senhor, bem mais sério ainda: todos estão caindo sobre a Construtora Espaço Aberto, por atraso da obra e não cumprir contrato. Eu quero explicar para o senhor o que há nessa obra de fato? Eu quero que o senhor seja bem franco para mim, porque eu não estou entendendo ainda. O senhor concordou em devolver o dinheiro que foi pago a mais, que eles consideraram a mais — não estou culpando o senhor que o senhor recebeu a mais. O senhor concordou em dividir em parcelas. O Governo vem mandando o dinheiro para a obra. E todo mundo questionando essa obra, e essa obra fica parada e, no que ela volta a trabalhar, ela volta lenta. O que há de fato nessa obra? Contrato mal elaborado? A situação, não estão sendo cumpridos os contratos? O que está acontecendo?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Essa obra é uma obra que está sendo bem fiscalizada, até pelo tempo que ela parou. Essa obra, ambientalmente, ela é tão cuidada, doutor, que esses dias uma fossa provisória nos gerou um processo que nós tivemos que... ficamos três meses para arrumar uma fossa provisória que tinha na obra. Então, eu não quero, assim, defender nem acusar ninguém, mas eu diria que as paralisações decorrentes, e sempre elas estão existindo, decorrentes talvez do local escolhido, porque era Mata Atlântica ou porque não era, foi uma coisa que



nos deixou até assustados, porque agora dizem que nós vamos tocar. Eu espero que eles não parem de novo. Isso eu estou dizendo para o senhor.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Bom, Dr. Paulo, hoje não tem como parar. É uma obra...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Doutor, nunca tinha, eles sempre param.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É uma obra importante para a comunidade. E parar, acho que não, não tem jeito.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Tomara que não. Mas se o senhor pegar aqui, o senhor vai ter isso, que a gente vai deixar, o senhor vai ver...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: é a primeira vez que o senhor pega uma obra federal?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Federal, foi.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É a primeira?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É. Não estou acostumado, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - O senhor trabalhava mais com obras estaduais?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não, eu já fiz algumas estaduais, mas eu sou incorporador, Deputado. Eu sei fazer e vender para o senhor, e cobrar do senhor. Eu sei fazer isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas é a primeira vez que o senhor pega obras federais. É o primeiro contrato.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – À porte, é. Peguei umas coisinhas pequenininhas, que fazia num mês, mas o primeiro contrato grande, foi. Agora, eu quero dizer para o senhor que eu aprendi bastante, são oito anos. A minha empresa cresceu junto com essa obra, sim, cresceu e ficou velha. E nós tivemos uma... O



senhor vai ter isso aqui, a gente trabalhava dois meses, parava seis; trabalhava um, parava seis.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor está trabalhando com essa obra com um BDI de quanto?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Agora, doutor, agora, vou fazer esse levantamento e entregar ao Deputado João Matos. O senhor vai ver que eu não tenho BDI agora.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas na hora em que o senhor pegou a concorrência foi calculado o BDI de quanto?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Quando eu calculei a concorrência, eu tinha um BDI de 22%. A CBPO estava com 30 e poucos e eu com 22%.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - E hoje o senhor não tem BDI?

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Hoje, por causa disso, baixaram. Porque o senhor sabe que, quando houve o Plano Real, teve aquela, como é que chama? Deflação, não é Deputado?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deflações.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É isso aí, o senhor sabe. Aí baixaram lá. E outra coisa que o senhor vê, quer ver? Não é querer assim falar, mas, por exemplo, o cara que faz frete para a gente, essas pessoas que fazem frete, eu conseguia pagá-los no final do mês; o madeireiro eu pago no final do mês. Só que no final do mês eu tinha 30% de aumento na obra. O senhor lembra? Hoje em dia acabou isso. Quer dizer, então, hoje em dia não tem mais, hoje em dia a gente realmente, as empresas todas estão sentindo dificuldade, o senhor deve já saber, porque doze meses com ferro, como está subindo agora; o cimento, como está subindo agora. Está difícil, sabe, não está fácil. A gente tem que... porque essa do apagão, que não



temos no nosso Estado, essa coisa de energia, mas como o ferro é feito aqui, o cimento é feito aqui, nós temos levantamentos agora que o cimento subiu 36% e o ferro, 38%, de outubro para cá. Não estou me queixando, estou constatando um fato, que o senhor pode constatar também.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não sei se eu consegui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira argüir, eu queria agradecer a participação do Dr. Ney...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Sr. Presidente, apenas para uma questão de ordem. Há pouco o Dr. Paulo falava que encaminharia para este Deputado a solicitação que fiz. Mas, não, Dr. Paulo, será encaminhado para a CPI, certo? O senhor será instruído por escrito em como fazer, é evidente.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Exatamente. Porque é complicado, é grande. Deputado, é bastante coisa. Eu vou ter que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas o problema é que foi aprovado em plenário. O Plenário é soberano de que o prazo são cinco dias. Então, eu não posso, como Presidente...

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu sei, mas até que chegue em Santa Catarina são dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu, como Presidente... Não, mas aí é do dia que chegar...

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Tem que receber a correspondência.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Eu sei, se o senhor puder mandar segunda para mim é bom, porque aí dá tempo de eu chegar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Mas aí eu não posso alterar o prazo, porque é Comissão. Nesse caso eu não posso alterar o prazo, infelizmente.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Não dá para mandar segunda?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não, tenho que mandar no tempo.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – É que é comprida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, mas aí eu não tenho como.

**O SR. PAULO NEY ALMEIDA** – Vou lhe dar o papel, porque não tinha nada para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Aguarde a correspondência. Bom, eu queria agradecer, então, sua participação. Vamos dar continuidade à nossa reunião, convocando o Sr. Ângelo Roncalli de Ramos Barros, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. *(Pausa.)*

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Obrigado. Passo a palavra ao Sr. Ângelo Roncalli de Ramos Barros. V.Sa. tem dez minutos para fazer as exposições iniciais.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aceitando aqui a convocação desta CPI, coloco-me à disposição para prestar todas as informações que me forem solicitadas. Aquilo que não souber, comprometo-me a estar encaminhando à Comissão para que possa esclarecer toda a participação do Ministério da Justiça nessa questão dessas obras. Só para poder



esclarecer, o Ministério da Justiça, por determinação do Ministro José Gregori, a partir de agora, não vai aceitar mais construção de unidades prisionais com mais de quinhentos presos. Essas obras grandes demoram muito. Nós precisamos construir obras em quatro, cinco, seis meses no máximo, porque o déficit no sistema prisional, hoje, é de 65 mil vagas. Nós precisamos de obras prontas, e não obras que vão se arrastando ao longo do tempo. Também, por determinação do Ministro, nós estamos solicitando aos Estados que elaborem seu plano diretor de construção e localização de estabelecimentos prisionais, para evitar justamente o que está acontecendo nesse tipo de obra, quer dizer, a localização em um local errado, às vezes, por pressão da própria comunidade, que não aceita a penitenciária naquele local. Nós precisamos que esse plano diretor faça com que os Estados discutam com o seu Município a localização da sua penitenciária. Porque, senão, nós queremos esconder a penitenciária. E esse esconder pode tornar mais cara essa obra. Então, a gente tá pedindo que o Estado elabore o plano diretor, discutindo com os Municípios a localização; unidades pequenas, de até quinhentos presos. Nós ainda estamos ainda abrindo uma exceção com São Paulo, porque tem um problema grave de superlotação e há uma determinação de que tem que se desativar o Carandiru até abril do ano que vem. Por essa razão, nós ainda estamos construindo em São Paulo unidades de até 702 presos, mais ou menos. Mas, a partir de agora, nenhuma unidade poderá ter uma população superior a quinhentos presos. O planejamento também vai facilitar que o Estado faça esse planejamento para dois anos e pensando em todos os regimes da condenação, quer dizer, o regime fechado, o regime semi-aberto e o regime aberto. Hoje nós estamos com a preocupação de construir penitenciária. E estamos esquecendo que temos que construir unidades para o regime semi-aberto. Então, esse planejamento vai





possibilitar isso, essa discussão. Unidade compacta: não adianta mais construir complexo penitenciário, porque senão vira Carandiru. Nós queremos que essa unidade, ao ser construída, não permita nenhum tipo de ampliação. Ela tem que ser compacta. Se é para quinhentos presos, quinhentos presos, não vai caber quinhentos e um, só quinhentos. Porque, se assim permitir, a gente vai fragilizar o processo de segurança e, mais do que isso, não vamos efetivamente cumprir o papel da prisão, que é de recuperar o indivíduo preso. Dito isso, coloco-me à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Ângelo, não é?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Ângelo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dr. Ângelo, eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor, não sobre o problema de Florianópolis só, mas sobre diversas penitenciárias. Nós temos um problema sério no País, problema de vaga para preso. Nós recebemos uma informação, inclusive encaminhada pela Secretaria — essa informação veio de um laudo de 1999. A gente precisava de uma informação mais concreta...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ...mais atualizada, deste ano. Mas quero fazer uma pergunta para o senhor: nós estamos com problema de penitenciária no Estado do Paraná, em Piraquara, Maringá, Londrina. Este relatório, não foi encaminhado para nós, quem encaminhou foi o Dr. Domingos, Secretário Federal de Controle Interno, é sobre o problema da penitenciária de Londrina. É uma obra que está parada desde 1986, uma obra abandonada. A obra de Cascavel está



com 5% somente realizada; a obra de Maringá, também parada; a obra de segurança máxima do Pará está parada; a obra de diversos locais do País, de Goiás, paradas, enquanto se coloca dinheiro no Orçamento para essas obras. E a obra também de Florianópolis, que é uma obra muito questionada pela população, pelo sistema do meio ambiente. A gente tem visto que o Ministério tem liberado recursos. Umas, paradas por ordem judicial; outras, paradas por falta de interesse; e outras, por falta até de recursos. Dr. Ângelo, a Secretaria, o Ministério não tem como remanejar recursos de uma penitenciária para outra, para terminar essa obras?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Deputado, nós temos no Orçamento o recurso, às vezes, carimbado para o Estado. E esse remanejamento, até propus ao Ministro. Eu acho que o Congresso Nacional não deveria aprovar recurso para nenhum Estado. Deveria ser o bolo do nacional e, à medida que os Estados fossem apresentando os projetos ao Ministério da Justiça, a gente iria priorizando de acordo com o déficit de vagas. Para o senhor ter idéia, nós temos hoje 152 convênios entre construção, ampliação, reforma e aparelhamento das unidades prisionais. Se em todos esses convênios fossem cumpridos os prazos acordados nos convênios, nós teríamos uma geração de vagas de 40 mil e 409 vagas até o ano 2002. E só este ano nós teríamos 31 mil, 348 vagas. Mas, infelizmente, a maioria das obras estão atrasadas — não paralisadas, atrasadas. Por quê? Alguns motivos: processo licitatório, algum recurso para o processo licitatório atrasa; o Estado pede a construção em determinado Município, nós conveniamos e aí a Câmara de Vereadores vota uma lei do Município proibindo a construção naquele local. Por isso, estamos pedindo o plano diretor, para a gente poder discutir com a comunidade e não ter essa possibilidade de parar por conta dessa rejeição. Parada, às vezes, por falta de recurso e, a partir de 2000, o Ministério da Justiça



adotou o critério de liberar o recurso integral para o Estado. Fez o convênio, libera o recurso. Agora, mais recentemente, nós recebemos, então, orientação do Tribunal para que não fizesse essa liberação integral. O que para a gente é ruim, porque nós precisamos liberar integral para o Estado cobrar da empreiteira a execução rápida. Porque o dinheiro vai estar disponível para o Estado. A gente precisa fazer essa fiscalização com mais eficácia, para não ter essas paralisações. Mas, infelizmente, elas ocorreram, e no momento a nossa maior preocupação, hoje, dentro do Departamento Penitenciário Nacional, é o acompanhamento dessas obras. Então, por exemplo, temos negado pedidos de prorrogação de prazo. Por exemplo, o senhor falou em Piraquara. Piraquara é uma obra que tem, no laudo do nosso acompanhamento, 75% da obra concluída; ela deve estar um pouquinho mais. E o prazo final daquela obra é 28 de dezembro de 2001. Não vai ter mais nem um dia de prorrogação. Isso já está acertado com o Estado do Paraná. Maringá, o senhor falou... Maringá, pelo nosso controle, deve... o termo aditivo deve terminar essa obra em fevereiro de 2002. E Cascavel deve terminar, pelo nosso controle, no mês de novembro de 2001. Essas são as obras lá do Paraná.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Não, Londrina, nós não temos... eu não tenho aqui nenhuma informação de Londrina. Londrina me parece que não é uma obra nossa, é uma obra do Estado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, é uma obra que foi repassado dinheiro em 1983...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Do Ministério da Justiça.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ... do Ministério da Justiça. Está paralisada desde essa época então, no Município de Tamarana. Hoje é um distrito de Londrina...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Eu fico...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ...da Grande Londrina. Está paralisada.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Eu fico...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Agora, deixe eu falar para o senhor: Cascavel...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Cascavel e Maringá, essas obras estavam paradas.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Elas estão... no nosso controle, elas estão bastante atrasadas. Por exemplo, Cascavel... Maringá tem 5% da obra em execução, o que significa que ele vai solicitar uma prorrogação de prazo. Esses prazos que eu lhe informei, isso é um controle que eu tenho agora no DEPEN, semanal, semanal. Essa Divisão de Acompanhamento de Projetos me fornece isso. Então, hoje, esses prazos que eu coloco aqui são os prazos dos termos aditivos que existem hoje. Agora, é verdade que, no caso de Maringá, vai ter que haver prorrogação, porque ela só tem 5% da obra executada. Mas eu lhe garanto que nenhuma prorrogação vai ser dada acima de um prazo executável. Os engenheiros vão ter que avaliar isso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixe eu explicar para o senhor.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Maringá e Cascavel, nós recebemos até a fotografia dessas obras. Quando retomar, ou quando retoma, quando estivermos lá, colocam duas ou três pessoas para ficar limpando a obra e tira fotografia, porque retomou as obras. Mas, na realidade, é interessante, quando o senhor vai visitar uma obra rodoviária, está faltando recurso federal. Quando o senhor vai visitar um hospital, está faltando recurso para equipar o hospital ou para poder credenciar o hospital. Quando estão visitando as penitenciárias, o que está faltando não é recurso.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Verdade.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu quero dizer para o senhor o seguinte: o Ministério da Justiça não está tendo uma fiscalização mais ampla para poder cumprir esses convênios?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Deputado, o senhor poder ter certeza absoluta de que nós estamos fazendo todo o possível e o impossível para estar acompanhando essas obras. Agora, como o senhor mesmo colocou, esses convênios anteriores a 2000, havia esse problema de não ter recurso total. Então, construía obra parcial. Isso é muito ruim, porque, ou tem o recurso para construir a obra toda ou não tem, ou não constrói nada. A partir de 2000 é que se adotou esse critério de liberar todo o recurso da obra de uma vez só, que eu acho que é o mais correto.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Como o Presídio de Goiânia, de segurança máxima.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ele foi feito de (*ininteligível*), retomou as obras. O hospital foi entregue, a Casa de Prisão Provisória foi entregue.



**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – E cinqüenta presos.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Isso. Foi entregue, e uma... Não, esse é outro contrato; cinqüenta presos, é outra cidade. Mas de Goiânia, da Grande Goiânia. E agora a Casa de Prisão de Segurança Máxima está parada com 20% de obras. Deixe eu fazer uma pergunta para o senhor: essa obra tinha dinheiro no orçamento, e foi removido o dinheiro do orçamento para socorrer São Paulo, naquela crise penitenciária de São Paulo.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Este ano?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – No ano passado e este ano. E com isso ficou uma obra paralisada. Aqui tem um relatório me informando que ela também tem uma questão judicial. Ela não tem questão judicial. A questão judicial dela é uma sugestão, que é o mesmo problema, o problema ambiental, e também o tamanho de celas. Hoje vocês soltaram um relatório... este ano tem um relatório, vocês propondo o que é para construir de penitenciária, o modelo básico. Eu até recebi um. Quero aqui dizer que é uma boa idéia fazer isso, para poder dar uma idéia para os engenheiros e para os órgãos estaduais terem uma noção do que vai ser construído, do que se pode — o "a", o "b" ou o "c". Então, eu até recebi, achei muito louvável sobre isso e a especificação de cela. Tinha, o Supremo liberou, mas agora o dinheiro que foi para São Paulo não está para retomar as obras.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Deputado, como, no ano passado, eu não integrava a equipe do Ministério, a informação que tenho aqui, e eu posso estar encaminhando para a Comissão, mas o que eu tenho aqui de Goiás... Hoje é a minha bíblia. Eu recebo... Isso aqui eu tenho... Qualquer pessoa que for lá, eu tenho essa informação para repassar. É que, em Goiás, nós temos a



construção do Centro de Inserção Social Senador Canedo, construção do Módulo de Segurança e Disciplina e a construção do Presídio Regional de Itumbiara.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, a penitenciária de Goiás.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Não, eu... Aqui não tem essa informação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixe eu só explicar para o senhor. Eu vou ler ela aqui.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Aí fica mais fácil para o senhor.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Goiás. Convênio 048/98. Construção do Presídio Regional de Goiânia. A obra se encontra paralisada em virtude de pendência judicial. O Supremo já liberou ela, o Supremo Tribunal Federal. Os recursos necessários para a construção da referida edificação são da ordem de 9 milhões, reservada ao DEPEN a crítica sobre o custo/investimento. (*Ininteligível.*) do Projeto nº 8, contendo os dados financeiros solicitados. Aí tem os dados financeiros. Desse aí foram liberados 2 milhões, que fez as bases, fez tudo, as fundações, e foi liberado agora... mas não foram retornados os recursos. Foi para São Paulo, foi retirado. E assim são outros.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A única que eu achei que teve problema de recursos foi essa. As outras eu estou vendo que os recursos estão sendo liberados. Agora, eu gostaria de uma informação do senhor: todos os recursos da União que vão para o Fundo, não é?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E o que sobra do Fundo, que não é aplicado no Fundo, vai para a dívida externa, não é isso?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Não tenho essa informação, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, eu tenho o decreto.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Eu sei. Eu digo que eu não tenho essa informação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu tenho o decreto do Presidente da República sobre isso.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois, não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não é só do Fundo Penitenciário, não; é de todos os fundos.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Eu sei, eu digo...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Dispõe sobre autorização dos dividendos e dos (*ininteligível*) financeiros de fundos de entidade de administração pública federal indireta e dá outras providências. Então, vai para a dívida externa. E com isso está sobrando o Fundo. O Fundo, o ano passado, executou somente 48%.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – O Fundo Penitenciário?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É. E outros anos, 37%; e nunca 100%. E a falta de segurança que nós estamos no País, a falta de presídio, por que isso, doutor?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Olha, eu vou explicar para o senhor, dentro daquilo que eu entendo, a partir do período que eu entrei lá no DEPEN. Na realidade, esses atrasos e essa falta de aplicação de recursos... Para o senhor ter uma idéia, este ano, o nosso orçamento do Fundo é 224 milhões de reais,





224 milhões de reais. Nós já empenhamos, já repassamos aos Estados 154 milhões, 880 mil, empenhados; e falta empenhar 70.098. É o que eu digo para o senhor: os Estados, às vezes, por ter orçamento carimbado, o que acontece? Tem Estado que até hoje não apresentou nenhum projeto para o Ministério, para a construção de nenhuma unidade prisional. É aquilo que o senhor colocou. Se a gente tivesse um critério técnico, de respeitar o déficit de vaga, eu iria jogar esse dinheiro onde tem déficit de vaga. Mas tem Estado que, nós estamos no meio de setembro, e com certeza vai apresentar no mês de outubro e novembro, e nós vamos conveniar em dezembro, e ele não vai construir este ano. Então, o que na minha opinião falta é um planejamento das construções nos Estados. É preciso que cada Estado elabore o seu plano diretor. Inclusive, nós estamos sugerindo que eles encaminhem os projetos, independente de ter recurso orçamentário ou não. Por exemplo, nós queremos adotar para o ano que vem a análise trimestral de projetos. Os projetos que entraram no DEPEN até 31 de janeiro terão que ser analisados tecnicamente até o dia 31 de março. Tendo recurso orçamentário, liberamos o recurso, o projeto; senão, vamos ter que correr atrás de recurso para poder contemplar o Estado, porque tem déficit de vaga.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas, doutor, aí é que eu gostaria de chegar. Não teria condições de remover, igual foi feito de Goiás e passou para São Paulo, não teria condições de remover esses recursos para as penitenciárias em que estão paralisadas as obras?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Deputado, eu vou verificar isso. Se isso for possível, nós vamos fazer. Eu até me comprometo a encaminhar para a CPI essa questão de Goiás que o senhor colocou, porque, para mim, no meu controle aqui — acho que meu pessoal está falhando —, não consta



essa unidade prisional que o senhor colocou. E eu tenho esse controle... Aqui eu tenho todos os Estados do País; o controle dela, de todas as obras. Mas ela não figura aqui na nossa listagem.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Quem encaminhou para mim foi o Ministério da Fazenda, Secretaria Federal de Controle Interno.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não. Com certeza deve existir. Eu devo corrigir aqui a falha.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Como nós temos outras aqui do Pará paralisadas; umas, por Justiça e outras, por falta de recursos.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Era importante terminar essas obras, porque...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Com certeza absoluta.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Se nós pudéssemos remover o orçamento, pegar pelo menos 20% ou 30% desse orçamento e remover para essas penitenciárias, nós teríamos um (*ininteligível*).

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas deixe só eu fazer uma pergunta: não tem como também o Ministério intervir naqueles processos que estão parados por briga ou acordo, abrir nova licitação, para terminar essas obras, Dr. Ângelo?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Esse é todo o nosso empenho, Deputado, no sentido de que... Para nós, aqui, está constando todas as obras atrasadas, porque agora nós estamos considerando obra atrasada todo convênio que for celebrado, e em sessenta dias a obra não começar. Ela passa a



ser obra atrasada. E, além disso, nós estamos encaminhando para os Estados um formulário em que ele será obrigado a preencher... O responsável da obra tem que nos dar a informação de quanto, qual o percentual da obra que está sendo executado, e o Secretário de Justiça do Estado é obrigado a assinar isso aqui, porque, como foi colocado aqui, na realidade, quem executa essas obras não é a Secretaria de Justiça. Na maioria dos Estados, é o órgão do Governo Estadual que toma conta de obra. Só que o nosso convênio é com a Secretaria de Justiça. Então, o Secretário tem que nos dar informação. Então, nós estamos solicitando isso bimestralmente a todos os Estados.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Deixe eu fazer uma pergunta para o senhor: a Penitenciária de Segurança Máxima do Pará está aí com o senhor?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pará?

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – É.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Digo aqui para o senhor agora. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu acho que não vai estar com o senhor, porque...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Não, está aqui. Aqui está todos os Estados.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Não, porque é o seguinte: esse convênio foi feito em 91.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Aqui teria que estar todos os convênios. Todos os convênios deveriam estar aqui. Pará. Pará, nós temos: construção da cozinha industrial na Penitenciária de Americano; (está normal); construção da Penitenciária Regional de Abaetuba (está atrasada);



construção da Penitenciária Regional de Redenção (está atrasada); construção da Penitenciária Regional de Tucuruí (está atrasada); construção do Centro de Detenção Provisória no Pólo Americano (está atrasada); reforma do Centro de Recuperação de Coqueiro (está atrasada). Essa obra que o senhor está falando não consta aqui na minha relação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Então? É isso o que eu gostaria de falar com o senhor. Essa obra é o Convênio nº 025/91, do Ministério, no valor total da obra: 48 milhões. Penitenciária de Segurança Máxima do Pará. Ela tem executados 18.18%. Está paralisada desde 93, desde dezembro de 93. A obra tem diversas denúncias de superfaturamento. Isso, o Controle Interno e o Ministério da Fazenda...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Ministério da Fazenda.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ...falando, tá? Paralisada. É um caso que eu acho que tem que ter intervenção do Ministério da Justiça sobre isso...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Com certeza.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ...ou contratar direto, licitar direto, ou retomar essas obras, marcar nova licitação; intervir, porque o dinheiro do recurso é do Governo Federal.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Com certeza absoluta.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Intervir. Outra obra também, Segurança Máxima de Guajará-Mirim, Rondônia. Convênio nº 025/96. Rondônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só para solicitar ao Deputado Norberto Teixeira que, por gentileza, não saísse muito do nosso assunto, em função de que o nobre Secretário veio aqui mais para falar dos assuntos que



estão aqui na nossa pauta. Só para poder a gente mobilizar um pouco mais a nossa reunião.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – A Penitenciária de Segurança Máxima em Guajará-Mirim, ela consta da lista de obras com irregularidades, está no SIAFI, não se consegue empenhar. Ela está irregular, e nós estamos acompanhando esse processo de tomada de contas especial.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Mas aí é que está, Dr. Ângelo. Eu quero chegar inclusive em Florianópolis sobre isso.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O senhor vê, lá foram realizados 50% das obras, e uma obra parada desde abril de 2000. Eu acho que a gente tem que criar um mecanismo...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Tem que terminar, claro.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – ... intervir. Todos os Secretários de Justiça dos Estados... a maioria, não são todos, a maioria, são ex-promotores, juízes, ou são promotores licenciados, e não gostam de dar informações.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Se consideram acima de tudo. E com isso se encontram muitos problemas. Então, eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor: o senhor está tendo diversos problemas com a Secretaria de Justiça, nessas obras realizadas. Está ou não está?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Secretário... Deputado...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pode ser secretário mesmo.



**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – ...os atrasos incomodam a gente, com certeza absoluta, e é minha obrigação cobrar dos Estados. E eu cobro todo dia.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O problema maior de Florianópolis, que aí eu quero chegar com o senhor a esse problema. O problema é que todas essas obras que eu estou vendo aqui é o mesmo problema de Florianópolis. O problema de Florianópolis: tem recurso suficiente para terminar a obra?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Dentro daquilo que foi celebrado o convênio, vou falar para o senhor, a obra depois de repactuada ficou em 14 milhões e 024. Foi repassado, em 96, 1 milhão e 526. Foram repassados, em 98, 2 milhões e 500. Foram repassados, em 2000, 3 milhões e 612. Total de repasse feito até agora: 7 milhões, 618 e 400. E tem um termo aditivo no valor de 4.920, para completar os 14. Então, dentro daquilo que foi acordado, o Ministério está repassando para o Estado.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – A obra não tem mais problemas?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Não.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Questionamento mais...

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – A obra até...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Entre convênio, nada? Com o Ministério, está tudo em dia hoje?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Por enquanto, o que está conveniado está sendo... foi repassado.



**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Cronograma físico. Tudo o que o Ministério pediu agora?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Não, esse último, nós pedimos... que a Siset pediu uma readequação do cronograma físico, nós já solicitamos, e o Estado ainda não enviou.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Já venceu o prazo?

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Não, ainda não. Nós pedimos. É dado um prazo, se eu não me engano, de quinze dias, para que eles respondam. E eles devem estar respondendo — isso o que o Secretário me informou antes da reunião. O que nós temos de concreto é aquele relatório de viagem do engenheiro, que o senhor fez a leitura. E agora, no mês de outubro, depois do dia 15, que vai estar terminado o muro, eu vou mandar de novo o engenheiro lá para fazer o acompanhamento disso.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu agradeço pela informação, doutor.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, não havendo mais pergunta ao Sr. Ângelo Roncalli, eu gostaria de agradecer a presença de V.Sa. aqui na nossa Comissão.

**O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS** – Eu que agradeço e me coloco à disposição, e lembrando que essas obras... O senhor viu que todas as obras atrasadas são anteriores a 2000, por conta dessa idéia anterior, que tinha de parcelar esses recursos para dar à obra. Obra, ou tem o recurso para fazer total ou não tem, não faz. Mas, se tiver o recurso, tem que fazer num prazo rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Agradeço a presença de todos e convoco em breve a próxima reunião. Está encerrada a sessão.